



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

CAIO GOMES BRANDÃO RIOS

**ENTRE EXPLICAÇÕES INSTITUCIONAIS E COMPORTAMENTAIS:
o caso do comparecimento eleitoral**

Recife

2019

CAIO GOMES BRANDÃO RIOS

**ENTRE EXPLICAÇÕES INSTITUCIONAIS E COMPORTAMENTAIS:
o caso do Comparecimento eleitoral**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Flávio da Cunha Rezende

Recife

2019

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

R586e Rios, Caio Gomes Brandão.
Entre explicações institucionais e comportamentais : o caso do comparecimento eleitoral / Caio Gomes Brandão Rios. – 2019.
82 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Flávio da Cunha Rezende.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Recife, 2019.
Inclui referências.

1. Ciência Política. 2. Eleitores. 3. Eleições. 4. Comportamento humano. I. Rezende, Flávio da Cunha (Orientador). II. Título.

320 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2019-145)

CAIO GOMES BRANDÃO RIOS

**ENTRE EXPLICAÇÕES INSTITUCIONAIS E COMPORTAMENTAIS:
o caso do comparecimento eleitoral**

Dissertação ou Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestrado em Ciência Política.

Aprovada em: 18/02/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Flávio da Cunha Rezende (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dra. Mariana Batista da Silva (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Manoel Santos (Examinador Externo)
Universidade Federal de Minas Gerais

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus. Obrigado Senhor, por ter me dado forças para enfrentar as diversidades e paz nas horas necessárias.

Sou muito grato também ao meu orientador e amigo Flávio Rezende. Nossas conversas tomando o chá mate gelado me ensinaram muito além do que simplesmente como fazer uma boa pesquisa. Aprendi como estudar, como aproveitar o tempo, a importância do descanso e do lazer. Em suma, aprendi sobre a vida.

Agradeço, também, a professora Mariana Batista. Não só pelos comentários durante a cadeira de Seminário de Dissertação, mas, principalmente por ter me sugerido focar na relação entre modelos comportamentais e institucionais no comparecimento eleitoral. Acatei seu conselho e gostei bastante dos resultados.

Agradeço a minha família - minha mãe, meu pai, e meus irmãos - por estarem sempre ao meu lado, não importando o que viesse. Obrigado por escutarem minhas lamentações e comemorarem junto comigo os momentos de alegria.

Meu sogro e minha sogra também tiveram um papel importante nessa jornada, principalmente nos últimos momentos. Obrigado por cederem sua casa para que eu pudesse escrever mais tranquilamente minha dissertação.

Por último, e não menos importante, agradeço a minha namorada, Bárbara Dias. Nossas madrugadas de estudos via Skype foram muito frutíferas e divertidas. Te amo!

Caio Rios

RESUMO

Em que medida teorias comportamentais e institucionais são acompanhadas por desenhos de pesquisa distintos um do outro? Esta dissertação busca responder essa pergunta analisando o caso da literatura do comparecimento eleitoral. Este caso foi escolhido pois a existência dos modelos institucionais e comportamentais é bastante explícita. Os modelos institucionais tentam responder a seguinte pergunta: por que o comparecimento varia de país para país? Em contrapartida, os modelos comportamentais tentam responder a seguinte questão: por que o eleitor vota? As hipóteses do trabalho são: H1 - Existe uma divisão do trabalho entre explicações institucionais e comportamentais na literatura do comparecimento eleitoral; H2 – Modelos comportamentais estão mais associados a desenhos experimentais do que modelos institucionais; H3 – Os experimentos naturais e de laboratório estão associados a modelos institucionais, quando estes utilizam desenhos experimentais; H4 – Explicações institucionais estão mais associados a outros tipos de desenhos (que levam em consideração o contexto) do que as explicações comportamentais. O método utilizado foi a análise bibliométrica em um corpus de 2.332 artigos que representam a literatura do comparecimento eleitoral entre os anos 1958 a 2018. Complementando essa abordagem, foi tirado uma amostra estratificada de 316 artigos publicados entre os anos 2005 e 2018 para realizar análises de conteúdo. Os resultados encontrados, de maneira geral, corroboraram as hipóteses acima citadas, exceto pela relação entre modelos institucionais e experimentos de laboratório.

Palavras-Chave: Pluralismo Inferencial. Experimentos. Comportamento. Instituições

ABSTRACT

To what extent are behavioral and institutional theories accompanied by separate research designs? This dissertation seeks to answer this question by analyzing the case of the electoral turnout literature. This case was chosen because the existence of institutional and behavioral models is quite explicit. Institutional models try to answer the following question: why does turnout vary from country to country? In contrast, behavioral models try to answer the following question: Why do voters vote? The hypotheses of the work are: H1 – There is a balance between institutional and behavioral explanations in the electoral turnout literature; H2 – Behavioral models are more associated with experimental designs than institutional models; H3 – Natural and laboratory experiments are associated with institutional models, when they use experimental design; H4 – Institutional explanations are more associated with other types of designs (which take context into account) than behavioral explanations. The method used was the bibliometric analysis in a corpus of 2,332 articles that represent the literature of electoral turnout between the years 1958 to 2018. Complementing this approach, a stratified sample of 316 articles published between the years 2005 and 2018 was taken to carry out content analysis. The results found, in general, corroborated the hypotheses, except for the relation between institutional models and laboratory experiments.

Keywords: Inferential Pluralism. Experiment. Behavior. Institutions

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Tipologia dos Desenhos de Pesquisa na Ciência Política	28
Figura 2 – Coocorrência de palavras-chave	59
Figura 3 – Mapa estrutural de palavras nos títulos	61
Figura 4 – Mapa estrutural de palavras nos resumos.....	63
Figura 5 – Nuvem de Palavras de todos os artigos.....	67
Figura 6 – Nuvem da Palavra “Experimento”	72
Figura 7 – Nuvem de palavras dos artigos experimentais	72

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição da População e da Amostra	49
Gráfico 2 – Evolução da Quantidade de Artigos	53
Gráfico 3 – Quantidade de Citações por Ano	55
Gráfico 4 – Palavras-Chave mais citadas	58
Gráfico 5 – Evolução das palavras “institution” e “behavior”	66
Gráfico 6 – Distribuição dos Desenhos de Pesquisa por Modelos	68

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estrutura de Análise.....	47
Quadro 2 – Protocolo de Pesquisa.....	50
Quadro 3 – Dicionário	51
Quadro 4 – Referências mais citadas.....	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Amostra Estratificada	49
Tabela 2 – Dados Descritivos da Análise Bibliométrica.....	52
Tabela 3 – Artigos por Modelo.....	65
Tabela 4 – Artigos por Desenho	65
Tabela 5 – Dicionário por Modelos	70
Tabela 6 – Matriz de Correlação	73

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	A HISTÓRIA DA CIÊNCIA POLÍTICA: MODELOS INSTITUCIONAIS E COMPORTAMENTAIS	14
1.1	BREVE HISTÓRIA DA CIÊNCIA POLÍTICA	14
1.2	INSTITUCIONALISMO	17
1.2.1	O novo institucionalismo	19
1.3	COMPORTAMENTALISMO	20
1.4	INSTITUIÇÕES ENDÓGENAS.....	22
1.5	PLURALISMO INFERENCIAL	25
3	COMPARECIMENTO ELEITORAL: ENTRE EXPLICAÇÕES INTITUCIONAIS E COMPORTAMENTAIS	30
3.1	PERSPECTIVAS COMPORTAMENTAIS E DA ESCOLHA RACIONAL	31
3.2	PERSPECTIVA INSTITUCIONAL	38
4	DESENHO DE PESQUISA	44
4.1	O CASO.....	44
4.2	INFERÊNCIA DESCRITIVA.....	45
4.3	HIPÓTESES	45
4.4	ESTRUTURA DE ANÁLISE	47
4.5	ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA.....	48
4.6	ANÁLISE DE CONTEÚDO	48
5	ANÁLISE EMPÍRICA.....	52
5.1	ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA.....	52
5.2	ANÁLISE DE CONTEÚDO	64
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
	REFERÊNCIAS	79

1 INTRODUÇÃO

Em que medida teorias comportamentais e institucionais são acompanhadas por desenhos de pesquisa distintos um do outro? O objetivo dessa dissertação é observar como uma das dimensões que caracterizam o Pluralismo Inferencial (PI) (REZENDE, 2015a) se adequam ao caso da literatura do comparecimento eleitoral, qual seja, a gradual divisão do trabalho entre Modelos Institucionais e Comportamentais (REZENDE, 2017b).

O PI sugere que a crescente preocupação com a qualidade inferencial gera, na Ciência Política, diversos meios de lidar com o problema fundamental da inferência. Isso leva a uma demanda por problemas identificáveis¹ e por desenhos de pesquisa cada vez mais sofisticados que consigam conectar teoria e dados empíricos. Na Ciência Política, há dois modelos fundamentais que coexistem, são eles, o modelo institucional e o comportamental. Contudo, ambos modelos acarretam problemas metodológicos diferentes.

Os modelos institucionais são carregados de endogeneidade. Para driblar esse problema, os desenhos se voltam a entender o contexto em que essas instituições são implementadas, em outras palavras, a preocupação maior seria com a causa dos efeitos² (GOERTZ; MAHONEY, 2012). Espera-se então, que desenhos configuracionais, de mecanismos, históricos e estudos de caso apareçam com maior frequência nesse tipo de modelo. Outra maneira recorrente que estudos institucionais podem aparecer é em análises *cross-country*, visto que instituições variam pouco dentro de um único país. Estudos desse tipo enfrentam problemas de variáveis omitidas. A maneira mais comum de lidar com isso é através de modelos covariacionais empregando grande quantidade de controles.

Os modelos comportamentais, por sua vez, lidam com problemas mais identificáveis em que o foco é na estimação (ANGRIST; PISCHKE, 2009). A expectativa é de que desenhos experimentais e quase-experimentais tenham primazia. O foco desse modelo é no efeito das causas, o que por sua vez, geram especial atenção a questão dos controles e da manipulação para superar o problema da endogeneidade.

¹ Os problemas científicos que são passíveis de se obter respostas concretas a partir de métodos robustos que possibilitam a inferência causal.

² Goertz e Mahoney (2012) diferencia estudos cujos objetivos são acessar a causa dos efeitos dos que buscam efeitos das causas. Este busca estimar a magnitude e o direcionamento de uma variável sobre a outra. Já a causa dos efeitos refere-se a estudos que focam no contexto dos casos, objetivando entender o porquê determinado efeito existe.

Para testar essa dimensão analisarei o caso da literatura de comparecimento eleitoral. Essa literatura foi escolhida pois a presença das duas tradições (institucional e comportamental) é bem demarcada. Os modelos institucionais tentam responder à pergunta do porquê o *turnout* varia de país para país. As variáveis explicativas são essencialmente institucionais. Já os modelos comportamentais respondem à questão do porquê o eleitor vota. Para esse tipo de pergunta, entender o comportamento do eleitor é central, logo, teorias como a Escolha Racional e psicológicas são mais frequentes.

Quatro hipóteses são sugeridas para a análise. A primeira hipótese desrespeito a coexistência entre modelos comportamentais e institucionais na literatura. A segunda propõe uma relação entre desenhos experimentais e modelos comportamentais. A terceira hipótese diz que os modelos institucionais quando se valem de desenhos experimentais, utilizariam experimentos naturais ou de laboratório. Por último, sugiro que exista uma relação entre modelos institucionais e outros tipos de desenhos de pesquisas que levam em consideração o contexto.

Para observar a coexistência dos modelos comportamentais e institucionais e suas relações com os desenhos de pesquisas experimentais e observacionais na literatura do comparecimento eleitoral, analisarei o caso a partir de duas técnicas diferentes. Primeiramente a partir de análises bibliométricas serão observadas características mais gerais dos artigos, tais como, o título, as palavras-chave, os resumos e as referências citadas por eles. Depois, aplicarei análise de conteúdo para observar “mais de perto” as publicações. Em outras palavras, observar o conteúdo dos artigos que compõem a literatura do comparecimento eleitoral.

Essa dissertação está dividida em quatro capítulos. O primeiro traz um pouco da história da Ciência Política mostrando o papel das teorias comportamentais e institucionais. Depois, ainda no primeiro capítulo, será discutido o porquê esperar que modelos institucionais não estariam associados a desenhos experimentais, mostrando, como motivo, o problema da endogeneidade das instituições. A última parte do capítulo mostra as características básicas do pluralismo inferencial. No segundo capítulo será abordado as duas vertentes de explicação do comparecimento eleitoral na literatura, quais sejam, as que tentam entender o porquê o eleitor vota e as que explicam a variação das taxas de *turnout* entre os países. No terceiro será abordado questões referentes a metodologia da dissertação. E, o último capítulo, mostra os resultados achados a partir das análises de conteúdo e bibliométricas. Por último, algumas considerações finais concluem a dissertação.

2 A HISTÓRIA DA CIÊNCIA POLÍTICA: MODELOS INSTITUCIONAIS E COMPORTAMENTAIS

Nesta seção irei abordar a história da disciplina como um todo. Mais especificamente, mostro os pontos de inflexão dos paradigmas comportamentais e institucionais ao longo da história da Ciência Política Americana. Depois irei mostrar, as principais características dos modelos institucionais e comportamentais diferenciando-os e mostrando os seus distintos papéis na explicação política. Farei, ainda, uma breve discussão sobre o problema da endogeneidade nos modelos institucionais, visto que este, é um dos principais mecanismo que permite a existência do Pluralismo Inferencial na CP (REZENDE 2015). Na última parte desta seção, discuto as dimensões da teoria do Pluralismo Inferencial.

1.1 BREVE HISTÓRIA DA CIÊNCIA POLÍTICA

O estudo da política existe a mais de dois mil anos. Se considerarmos os esforços aplicados por Plato em sua obra “*The Republic*” escrita em 360 AC, ou mesmo o livro “*Politics*” de Aristóteles (340 AC), podemos dizer que ela é a ciência social mais antiga. Desde então muito foi escrito sobre como se deve pensar a política, como determinados governos podem ser bons ou maus, qual a melhor forma de governo, quem deve governar, dentre várias outras perspectivas que remetem ao poder político. Todos estes esforços estariam no campo da filosofia política ou, até mesmo, da política normativa. No entanto, o estudo desse fenômeno torna-se mais sólido, ganhando status de ciência entre o final do século IX e início do XX.

A Ciência Política (CP) no século IX vivenciava uma séria crise de identidade. Não se sabia bem ao certo se a disciplina era apenas um subcampo de uma ciência maior como a sociologia e a história. Essa busca por uma definição clara e separada das outras ciências sociais é nitidamente vista desde a criação do primeiro periódico exclusivo da CP, qual seja, o *Political Science Quarterly*. Em seu primeiro artigo, intitulado “*The Domain of Political Science*”, Monroe Smith (1886) mostra que o termo “ciência política” é utilizado de maneira vaga e precisava de uma definição. Preocupado em diferencia-la das demais ciências sociais e da economia, o autor afirma que o domínio da Ciência Política é o “estudo do Estado, incluindo suas organizações e seu funcionamento” (SMITH, 1886).

Alguns anos depois, no início do século XX a *American Political Science Association* (APSA) é criada, o que dá um status de independência da CP, visto que antes disso, o estudo da política era ligado à *American Historical Association* (AHA). Seguindo o domínio proposto por Smith, a nova disciplina tinha duas questões fundamentais: quais as propriedades das instituições; e

como analisamos essas propriedades (ALMOND, 1996). Essa perspectiva remete ao que chamamos hoje de velho institucionalismo. Isto é, a contribuição da Ciência Política era, basicamente, descrever as instituições do Estado.

Essa concepção deu início a várias inquietações no que concerne ao verdadeiro papel da CP. De fato, as instituições tinham um papel central na disciplina, mas aparentemente, apenas descrevê-las não era suficiente. Os estudiosos da época não sabiam explicar o porquê as instituições importavam. Houve, então, três grandes abordagens que almejavam mudar essa percepção inicial. A primeira delas na década de 1920, encabeçada por Charles Merriam que foi o presidente da Escola de Chicago teve como objetivo aproximar a CP da psicologia e criar uma Ciência Política Comportamental. Seus esforços culminaram na segunda abordagem que ganha o nome de Revolução Comportamental iniciada no pós-Segunda Guerra Mundial. Por última a dedução e os modelos formais mostram-se preponderantes na CP desde 1957 com o canônico livro *“An Economic Theory of Democracy”* escrito por Anthony Downs que impulsionou a Escolha Racional nas explicações políticas.

Charles Merriam foi o primeiro grande crítico de como a política fora estudada no século IX e início do século XX. Ele expressa essa crítica em um artigo publicado na *American Political Science Review* intitulado *“The Present State of the Study of Politics”*. Merriam expõe as limitações metodológicas do “velho institucionalismo” bem como propõe uma maior interdisciplinaridade entre o estudo da política e as demais ciências, em especial com a psicologia, estatística e biologia. A CP, em termos metodológicos, poderia se beneficiar demasiadamente da integração com a psicologia e a estatística. Em suas palavras: “A ciência é uma grande empresa cooperativa em que várias inteligências devem trabalhar em conjuntos”³.

Dois grandes produtos da Escola de Chicago foram Harold Lasswell e Harold Gosnell. O primeiro contribuiu ativamente com a integração da Ciência Política e da psicologia. Lasswell publicou livros como *Psychopathology and Politics* (1930), *World Politics and Personal Insecurity* (1935) e, sua obra mais impactante, *Politics: Who gets What, When and How* (1936), dentre outros. Todos esses trabalhos analisam a política da perspectiva do indivíduo estabelecendo um certo distanciamento da “velha Ciência Política”. Além desses livros, Lasswell publicou diversos artigos nessa perspectiva bem como um estudo de laboratório analisando atitudes, estado emocional, conteúdo da fala e condições psicológicas dos participantes (ALMOND, 1996).

³ Tradução livre feita pelo autor.

Do outro lado, Harold Gosnell contribuiu efetivamente para a integração da CP com a estatística. Seu objeto de estudo era as atitudes dos eleitores e publicou trabalhos expondo técnicas avançadas (para a época) de amostragem. Gosnell foi o primeiro cientista político a realizar um experimento. Em seu livro *Getting Out the Vote* (1927) o autor se vale do desenho experimental com grupos de controle e tratamento para inferir sobre o poder das técnicas de mobilização eleitoral.

O impacto da Escola de Chicago foi notório, porém não durou muito tempo e nem se difundiu muito neste primeiro momento. Por causa das fortes críticas no que concerne ao valor de estudos empíricos nas ciências sociais em geral a perspectiva comportamental não se alastrou até o fim da II Guerra Mundial.

Com o fim da segunda Guerra, a agenda da CP mudou. Agora buscava-se explicar qual a melhor forma de recrutamento militar, como retomar um soldado para a vida social e diferenças atitudinais de aliados e inimigos. Uma mudança de perspectiva era inevitável. Com isso, a metodologia da CP precisou se atualizar e, de fato, houve treinamentos intensivos em métodos quantitativos bem como avanços em técnicas de *survey* e entrevistas.

Essa revolução comportamental deu início a grandes centros de formação em métodos quantitativos e técnicas de *survey*. Dentre eles, o maior foi a Universidade de Michigan com seu *Institute of Social Research*. A nova geração de cientistas políticos afastou as explicações institucionais do centro da disciplina até a década de 1990 com o retorno do que se convencionou chamar de “novo institucionalismo”.

Ainda que em menor número, as instituições não deixaram por completo a CP. David Easton foi um dos grandes autores que mesmo no auge do comportamentalismo, não deixou de considerar a importância das instituições na explicação política. Sua preocupação maior era com os sistemas políticos, isto é, modernização, processos democráticos, partidos políticos e seus efeitos no comportamento. De fato, teorias comportamentais não foram as únicas a ganhar rigor metodológicos pois nessa época houve grandes esforços em sofisticar os métodos comparativos bem como o rigor de estudos de casos. Autores como Gabriel Almond, Adam Przeworski, Gary King, David Collier e Harry Eckstein foram grandes nomes que contribuíram para a política comparada da época.

Com o advento da teoria da escolha racional e teoria dos jogos, a CP passa por outro paradigma. Downs (1957) mostra como teorias econômicas podem contribuir com a explicação política. Ainda mantendo as instituições “fora do caminho”, essa abordagem introduz o conceito de

racionalidade a nível do eleitor. Para agir, o eleitor faz uma série de cálculos de custos e benefícios com o objetivo de maximizar sua utilidade. Modelos formais e matemática passaram a ocupar grande parte do conteúdo produzido pelos artigos na disciplina.

A Ciência Política, desde sua formação teve grande influência das duas abordagens: comportamental e institucional. Estudar o pensamento do eleitor, a tomada decisão, atitudes racionais e irracionais mostrou-se tão relevante quanto o estudo de grandes estruturas políticas. A equação de Plot sugere que o comportamento é influenciado mutuamente pela agência do indivíduo e as instituições. Então entender ambas abordagens é essencial para se ter uma ampla visão do que é o campo da Ciência Política. Outro ponto que vale ressaltar é a conexão entre as perspectivas comportamentais e as mudanças metodológicas ao longo da história da CP. Tanto a Escola de Chicago quanto a revolução comportamental pós-II Guerra mudaram o foco metodológico para quantificação, pesquisas de *survey* e experimentos.

1.2 INSTITUCIONALISMO

Por que as explicações institucionais praticamente se extinguiram durante a revolução comportamental? Dentre outras coisas, a revolução comportamental trouxe uma grande crítica as antigas abordagens institucionais. A CP era excessivamente fechada, isto é, concentrada em contar a história, entender a lógica interna e os aspectos legais de cada instituição isoladamente. Havia, no fundo, um bloqueio para outras formas de explicação.

Como dito anteriormente, a revolução comportamental não beneficiou apenas as teorias que concentram sua análise no nível do eleitor, mas muito esforço foi feito para aplicar as evoluções metodológicas da época nas perspectivas institucionais. As contribuições metodológicas para a política comparada, estudos de caso e aplicação dos métodos quantitativos no nível macro culminaram na década de 1990 a retomada das instituições para explicar o comportamento político. Para entender melhor o porquê dessa retomada irei destrinchar alguns conceitos básicos da teoria institucional.

Existe um padrão nos tipos de instituições existentes, seja pela via democrática, seja pela via autocrática. Quatro instituições básicas estão presentes em qualquer sistema político. São elas: criação de regras (*rule making*); implementação de regras (*rule applying*); interpretação de regras (*rule adjudicating*); e de punição (*rule enforcing*). A primeira diz respeito ao processo necessário para criação de novas leis, a segunda instituição implementa as regras criadas pela primeira, a terceira julga eventuais conflitos nas interpretações das leis implementadas e, por último, a quarta pune aqueles que quebram as regras (ROTHSTEIN, 1996). Esse quadro

institucional aparenta não variar entre as nações, porém cada instituição acima citada apresentam uma plethora de sub-instituições, estas sim variam demasiadamente entre sistemas políticos. O que passa a inquietar os cientistas políticos é explicar se diferentes arranjos institucionais causam resultados políticos e econômicos distintos. Em outras palavras: instituições importam?

O dever da CP passa a ser o de explicar por que existe variação institucional e que diferença isso faz (ROTHSTEIN, 1996). Ou seja, três perguntas fundamentais passam a ser o centro de interesse. A primeira é normativa, qual seja: qual a melhor configuração institucional? As outras duas são empíricas: O que explica a enorme variação de arranjos institucionais? e; qual o efeito dessa variância no comportamento político? O livro canônico de Robert Dahl é um grande exemplo de como as abordagens normativa e empírica podem coexistir em seu livro *Poliarquia: Participação e Oposição*. Dahl propõe uma forma utópica de democracia, mostra a variação existente no mundo empírico e discute seus respectivos efeitos.

Levando o compromisso da Ciência Política em conta, a abordagem puramente comportamental foi criticada. March e Olsen (1983) escrevem um brilhante artigo apontando as fraquezas da abordagem comportamental e propondo o novo institucionalismo como um novo rumo teórico promissor. Dentre outras críticas, eles apontam para o fator reducionista e utilitarista dos modelos comportamentais. Isto é, o fenômeno político é composto pela soma das ações individuais de cada ator e que as ações são tomadas a partir do cálculo de utilidade (custo e benefício) de cada indivíduo, respectivamente. Essa abordagem tirava as influências das instituições dos modelos explicativos.

A ausência do contexto representa um viés nos modelos comportamentais. A visão racional está repleta de paradoxos que falham ao explicar como indivíduos racionais chegam a determinados equilíbrios observados no mundo empírico. A exemplo, Arrow (1951) apresenta o conhecido problema das maiorias cíclicas. Isto é, tendo como base o congresso norte-americano formado por atores racionais dotados de preferências pré-estabelecidas, a formação de uma maioria sólida seria impossível. Para cada lei proposta no congresso, novas maiorias se formariam, visto que para cada rodada do “jogo” novos cálculos seriam feitos por cada membro. Isso culminaria em um “caos político”, em outras palavras, o sistema política seria extremamente instável. No entanto, no mundo real, isto não acontece. Por que se observa certa estabilidade no jogo político dentro do congresso americano? A resposta para tal pergunta gira em torno das regras institucionais que moldam o comportamento dos atores. A instituição define quem são os atores

principais, a quantidade de atores, o processo de tomada de decisão e quais informações cada ator terá acesso (STEINMO; THELEN, 1992). Os indivíduos não podem ser totalmente racionais, eles seguem modelos fornecidos pelas instituições.

Trazer o Estado de volta às análises (EVANS; RUESCHEMEYER; SKOCPOL, 1985) mostrou-se inevitável. O Estado que funciona como um agente, influenciando e sendo influenciado por atores individuais. O livro *Bringing the State Back in* de Skocpol, Rueschemeyer e Evans mostra algumas arenas em que o Estado obtém um papel preponderante. O Estado promove desenvolvimento econômico e social, é o principal ator nas relações internacionais e, também, resolvem conflitos sociais. Douglas North foi um grande interlocutor do institucionalismo na ceara econômica e Krasner nas Relações Internacionais.

Outro ponto importante para explicar a volta do interesse das instituições foi a terceira onda democrática (HUNTINGTON, 1991). Esperava-se que as novas democracias, em especial os países da América Latina, copiassem os arranjos institucionais dos países europeus. No entanto, houve uma explosão de combinações diferentes nunca vista antes. Mais uma vez, explicar tais escolhas bem como seus respectivos efeitos tornou-se empiricamente possível, o que culminou em diversas publicações na Ciência Política.

1.2.1 O novo institucionalismo

Peter Hall e Rosemary Taylor (1996) fazem uma revisão do que caracteriza essa nova reaproximação das instituições na explicação política. O novo institucionalismo não consiste em uma teoria unificada sobre o papel das instituições no comportamento político, na verdade, Hall e Taylor identificam pelo menos três abordagens diferentes que surgiram no mesmo período. São elas os institucionalismos: histórico; econômico; e sociológico. Apesar de surgirem como uma crítica a revolução comportamental, eles apresentam visões distintas do que consistem as instituições, como elas afetam o comportamento e o que elas fazem.

O institucionalismo histórico define instituições como as organizações políticas e as regras formais ou informais geradas a partir delas (HALL; TAYLOR, 1996). No que concerne ao efeito delas no comportamento, o institucionalismo histórico se mostra eclético empregando duas explicações diferentes: a versão cultural e a versão econômica⁴. Esta teoriza o comportamento do indivíduo da mesma forma que a teoria da escolha racional a trata, isto é, cada indivíduo busca maximizar sua utilidade a partir do cálculo de custo benefício. Em outras

⁴ No original, Hall e Taylor nomeiam essas abordagens de “*cultural approach*” e “*calculus approach*”.

palavras o indivíduo se comporta de maneira estratégica. O papel da instituição nesse contexto é fornecer ao ator um grau de certeza sobre o comportamento de outros atores. Já a versão cultural não nega o caráter racional do indivíduo, mas mostra que ela é limitada e que a ação é moldada a partir da análise do contexto e não puramente do cálculo de custos e benefícios. As instituições, por sua vez, fornecem aos atores padrões morais e cognitivos. Isto é, além de influenciar no cálculo estratégico, elas afetam a formação de preferências que vem anterior ao cálculo. O institucionalismo histórico tende a levar em consideração em suas análises o trajeto que determinada instituição percorreu, isto é chamado de *path-dependence*, ou seja, mesmo que se trate de uma mesma instituição ela pode gerar efeitos diferentes pois o contexto e o caminho que ela percorreu importa.

O institucionalismo econômico ou da escolha racional, postula que o indivíduo possui preferências pré-estabelecidas, objetivam maximizar sua curva de utilidade e são puramente estratégicos. Diferente das teorias da escolha racional pura, o institucionalismo econômico mostra que os indivíduos agindo racionalmente e sem o advento das instituições o resultado potencial seria dilemas de ação coletiva⁵. Para se alcançar resultados ótimos, as instituições são essenciais. Isto acontece, pois, o cálculo de um ator depende do comportamento dos demais atores e as instituições garantirão certos padrões de comportamento tornando-os previsíveis.

Já o institucionalismo sociológico, das três abordagens, é a que tem a definição mais abrangente de instituições. Além das regras, leis e normas, inclui-se sistema de símbolos e padrões cognitivos que guiam o comportamento dos indivíduos. Para eles, a cultura também é uma instituição. Quanto ao seu efeito no comportamento, essa abordagem mostra que indivíduos socializados em determinados arranjos institucionais internalizam determinadas normas e símbolos, isto é, os padrões cognitivos são construídos no decorrer da socialização do indivíduo e isso varia de acordo com as instituições vigentes em determinado local.

1.3 COMPORTAMENTALISMO

O que caracteriza o comportamentalismo? Como o nome sugere, o foco da análise deve concentrar-se no comportamento do indivíduo. Isto é, o estudo da estrutura e das macro instituições perdem o sentido, pois, de fato, o que importa é como o indivíduo pensa para tomar decisão, como ele “digere” estímulos externos e quando e em que condições certas emoções tendem a se proliferar. Em suma, o indivíduo é o centro das explicações. Outra característica

⁵ Dilemas de ação coletiva são equilíbrios subótimos que indivíduos agindo racionalmente chegam.

preponderante da abordagem comportamental é sua aproximação com a ciência positiva (*hard Science*), ou seja, as Ciências Sociais (ou a Ciência Política) pode ser tratada como uma ciência natural. Isto implica que métodos mais robustos que buscam por inferência causal são mais requisitados. Exatamente por isso, que no surgimento do comportamentalismo da CP analisado acima, houve demasiada preocupação com quantificação, estatística e abordagens experimentais.

Os primeiros trabalhos a apresentarem uma perspectiva puramente comportamental, focando nos indivíduos ao em vez das macroestruturas foram os livros *The People Choice* (LAZARSFIED; BERSELSON; GAUDET, 1944) e *The American Voter* (CAMPBELL et al., 1960). Ambos analisam as eleições da perspectiva do eleitor. Lazarsfeld se pergunta sobre como o eleitor escolhe em quem votar. Explorando as eleições presidenciais americanas de 1940, ele questiona o papel dos contatos e discussões políticas que cada eleitor possui na escolha do seu candidato. Isto é, ele propõe uma medida de exposição a redes de discussões políticas que seria preponderante na escolha individual. Utilizando um painel originado por entrevistas repetidas (*cohort analysis*) o autor consegue capturar essa dimensão e mostrar seu impacto na escolha de um democrata ou republicano nas urnas. Já a contribuição da obra de Campbell foi ainda maior pois sua extensa análise de *survey* culminou na *American National Election Studies* que são *surveys* organizados por acadêmicos antes e depois de cada eleição presidencial. *The American Voter* analisa as eleições presidências de 1956 e concluem, dentre outras coisas, que os eleitores votam naqueles partidos em que se identificam, porém, a identidade partidária é, majoritariamente, explicada pelos pais e que os eleitores não estão muito interessados no complexo processo político.

Outro marco para a perspectiva comportamental na CP advém da teoria econômica proposta por Downs (1957). Apesar de não considerar processos cognitivos mais complexos, o indivíduo e sua escolha é o centro do debate. Dentre outras grandes contribuições, Downs apresenta o conhecido paradoxo do voto. Isto é, considerando que os eleitores agem racionalmente (analisando sempre o custo e benefício da ação) seria irracional por parte do indivíduo comparecer às urnas. Afinal, os custos de analisar os candidatos disponíveis, obter informações relevantes, sair de casa até o recinto de votação superam os benefícios do voto, uma vez que o peso do voto individual é mínimo para o resultado das eleições. Em outras palavras, se o eleitor ficar em casa, o resultado será o mesmo. Então por que o eleitor vota?

Como dito acima, uma possível resposta seriam os incentivos institucionais que combinados com a racionalidade individual e uma possível cultura cívica (PUTNAM, 1993) agem como propulsor ao comparecimento. Outra abordagem seria a levantada por Fiorina (1990) mostrando que os cidadãos podem realizar seus deveres simplesmente pelo fato de gostarem de o fazer ou porque se sentem culpados caso não o façam. De fato, muito é discutido na Ciência Política sobre o papel dos *watchdogs* (sentinelas) no comportamento. Indivíduos podem agir irracionalmente⁶ quando pressionados por vizinhos ou pela mídia.

A psicologia também ocupa um papel central nas teorias comportamentais. Entender o processo cognitivo do eleitor bem como o mesmo processa informações externas é central para entender o comportamento. Por exemplo, como o eleitor processa a informação contida nas campanhas expostas na tv, rádio ou panfletos? Em outras palavras, como as preferências políticas mudam a partir de exposições midiáticas enviesadas (campanhas de candidaturas por exemplo)? Indivíduos possuem atenção seletiva, ele não presta atenção em todo o conteúdo exposto pela mídia. Nesse sentido muito se escreveu sobre quais as melhores formas de mobilizar o indivíduo ou fazer com que ele mude de ideia (mudar de candidato) através dos meios de comunicação. Podemos citar a extensa literatura sobre o efeito de campanhas negativas⁷ na escolha do eleitor nas urnas (LAU; ROVNER, 2009).

1.4 INSTITUIÇÕES ENDÓGENAS

O objetivo desta tese é mostrar uma possível relação entre comportamentalismo e avanços metodológico, mais especificamente, sua relação com o desenho experimental. De fato, como vimos ao analisar a história da Ciência Política, quando se opta por afastar as instituições da explicação e diminuir o nível de análise ao indivíduo, a demanda por desenhos mais robustos e quantificação aumenta. Não coincidentemente, o primeiro experimento visto na disciplina foi na primeira tentativa de se instaurar o comportamentalismo na CP. A questão passa a ser a seguinte: por que modelos institucionais teriam dificuldade em implementar desenhos de pesquisas mais robustos (como os experimentos)? A resposta para essa pergunta está em um problema metodológico conhecido pelos como “o problema da endogeneidade”. Para explicar porque modelos institucionais não estariam associados a desenhos experimentais, mas sim, a desenhos que levam em conta o contexto, a história e mecanismos, irei demonstrar o problema da endogeneidade e logo em seguida porquê instituições são endógenas.

⁶ Irracional no sentido posto pela teoria da escolha racional, isto é, escolhendo uma opção não ótima para si.

⁷ Campanhas que ao em vez de exaltar o candidato, ataca o adversário.

Supomos um modelo causal simples do tipo X causa Y. Podemos escrever essa relação em uma equação de regressão desta maneira: $Y = a + BX + u$, onde a é o intercepto⁸, B é o efeito que a variável independente (X) tem sobre a variável dependente (Y) e u é o erro. O problema da endogeneidade ocorre quando X correlaciona-se a u , esta pode ser qualquer outra variável que afete, ao mesmo tempo X e Y. Esse impasse metodológico produz dois grandes problemas, são eles, o das variáveis omitidas e da causalção reversa. Este representa uma impossibilidade por parte do pesquisador de identificar se X causa Y ou se Y, que na verdade, está causando X. Já o problema das variáveis omitidas remete a impossibilidade de controlar o modelo, seja qual for a variável que se incorpore a ele. Isso porque sempre existirá uma variável (seja ela desconhecida pelo pesquisador ou impossível de mensurar) que envies a pesquisa. Exatamente por isso que estudos observacionais podem ser facilmente questionados (GERBER; GREEN; KAPLAN, 2004).

Entendido o que é e quais problemas a endogeneidade pode trazer para um modelo explicativo, podemos avaliar quais impasses metodológicos abrande os estudos institucionais. Przeworski (2004) escreveu um brilhante artigo intitulado “*Institutions Matter?*” em que ele se pergunta sobre a validade das análises que tentam explicar os fenômenos sociais a partir de causas institucionais. Przeworski observa um número cada vez maior de pesquisas alegando que as instituições importam. Como já discutido acima, as instituições podem funcionar como constrangimentos para os atores, de modo que, estes não podem agir de acordo com sua própria vontade, mas respeitando uma série de regras e costumes que acabam por deixar o “jogo político” mais previsível. Contudo, como podemos dizer que, de fato, as instituições que moldam o comportamento? Como podemos isolar seu efeito? Será desenhos observacionais podem identificar esses efeitos?

O grande problema a ser enfrentado por aqueles que defendem a importância das instituições é diferenciar o que é causado por elas e o que é efeito do contexto. Isto é, instituições nascem e permanecem em contextos distintos, então, seu efeito pode variar a depender do local em que está inserida. Então, se a mesma instituição gera efeitos diferentes em lugares diferentes, o que importa é a instituição ou o contexto. Associado a isso, o fato de atores políticos poderem criar e mudar as instituições, também é outra fonte de endogeneidade visto que atores e instituições são mutuamente influenciados. Para exemplificar essa condição, Przeworski cria um cenário fictício:

⁸ O valor de Y na ausência de X

Houve uma eleição na Costa Rica em 1948, quando esse país tinha uma renda per capita de mais ou menos \$1.500. A eleição estava tecnicamente empatada: os dois candidatos receberam quase a mesma quantidade de votos e havia várias denúncias de fraudes, de modo que era impossível determinar quem ganhou a eleição. Não estava tão claro também quem deveria decidir quem ganhara a eleição, mas o congresso assumiu tal responsabilidade e declarou vencedor o candidato que oficialmente recebeu menos votos. Uma guerra civil emergiu, em que cerca de 3.000 pessoas foram mortas. Em outro momento, teve uma eleição em outro país. A eleição estava tecnicamente empatada: os dois candidatos receberam praticamente a mesma quantidade de votos e havia várias denúncias de fraude, de modo que era impossível determinar quem de fato ganhara. Não estava claro quem deveria decidir, mas a Suprema Corte, pressionada em parte pelo pai de um dos candidatos, assumiu a responsabilidade e declarou o candidato que obteve oficialmente menos votos como vencedor. Então, todos voltaram para casa em suas SUVs para cultivar seus jardins. Eles tinham SUVs e jardins pois a renda per capita desse país era de aproximadamente \$20.000.⁹

Essa história exemplifica bem a relação entre o efeito das instituições e o efeito do contexto. Observa-se dois cenários muito semelhantes, porém com algumas diferenças estratégicas. Uma delas é a instituição que define quem ganhará as eleições. Um institucionalista poderia tentar que a causa desses resultados opostos foi a instituição julgadora, porém, sabemos que a causa mais plausível é a riqueza da Nação. Os partidos políticos são mais propensos a obedecer às instituições em países mais ricos. Em outras palavras, provavelmente não foi o fato de a decisão ser tomada pela Suprema Corte ou pelo congresso que fez com que o partido perdedor se rebelasse ocasionando em uma guerra civil, mas sim, o contexto em que essa instituição está inserida.

A história que o país possui é o que explica quais instituições se instauram. Infelizmente, a história não ocorre de maneira aleatória, na verdade, ela é o motor da endogeneidade (PRZEWORSKI, 2005). Isto é, o fato de alguns países adotarem o sistema democrático e outros o sistema autoritário é enviesado pela história e contexto em que eles estão inseridos. É difícil pensar que exista um arranjo institucional que funcionará de forma bem-sucedida em qualquer contexto. Tudo isso levanta suspeitas quanto ao valor de uma explicação institucional. A única forma de pensar instituições causalmente é através de contrafactuais. No contexto citado acima, precisaríamos saber o que aconteceria na Costa Rica, naquela eleição, caso a decisão fosse tomada pelo sistema judiciário.

Przeworski ainda explica a quais tipos de vieses modelos institucionais estão suscetíveis¹⁰. São eles o *Baseline difference*, *self-selection*, *Stable Unit Treatment Value Assumption* (SUTVA),

⁹ Tradução livre feita pelo autor

¹⁰ Para uma explicação formal desses vieses ver Przeworski (2005)

e o *Post Treatment Effect*. Para explicar do que se trata cada um deles, tomemos como exemplo uma explicação institucional que propõe que sistemas democráticos causam crescimento econômico.

O viés de *baseline* desrespeito a diferença entre grupos de controle e de tratamento. Pensando no desenho experimental, esse viés estaria controlado através da seleção de casos aleatória para cada grupo. Mais uma vez, a história não distribuiu de forma aleatória as instituições entre os países. Isso nos leva a um diferente efeito do tratamento nos tratados, isto é, países autocráticos submetidos a uma democracia se comportariam diferente de países que já são democráticos e vice-versa. O segundo problema (*self-selection*) ocorre quando indivíduos podem escolher se querem ser tratados ou não. Isso gera um viés pois as pessoas que escolhem ser tratadas podem ter um pré-requisito em comum que a fazem querer ser tratadas, caso esse fator seja desconhecido pelo pesquisador, os resultados serão enviesados. Como dito anteriormente, quem escolhe qual arranjo institucional governará o país é o próprio país, isto é, seus atores políticos internos. O SUTVA remete a condição de que, para o sucesso de um experimento, as unidades tratadas e não tratadas devem ser independentes. Isto é, o fato de um indivíduo receber o tratamento não pode afetar o *outcome* de um que não recebeu (controle). O sucesso de algum arranjo institucional ou política pública empregada por um país pode influenciar o vizinho a tomar a mesma decisão, isto é, adotar as mesmas medidas em busca do sucesso observado no vizinho. Isso é conhecido na literatura como *spillover effect*. Por último, o *post treatment effect* é o tipo de condição que impede as instituições de serem potenciais causas de fenômenos sociais¹¹. A impossibilidade de mudar apenas a instituição sem alterar demais condições em um país dificulta o processo de identificação do efeito causal desta sobre a variável dependente. Seguindo o exemplo, pegarmos um país democrático qualquer e instaurássemos nele uma autocracia, não apenas as instituições mudariam, mas também diversos outros fatores que estão associados a elas. Não conseguiríamos dizer que variações no desempenho da economia fora causado pela mudança de sistema de governo.

1.5 PLURALISMO INFERENCIAL

Rezende (2017) observa que a Ciência Política Contemporânea possui demasiada demanda por inferência causal e desenhos de pesquisa de qualidade. Ele observa que a disciplina passou por

¹¹ Isso na visão dos experimentalistas. Como Holland (1986) dizia: sem manipulação, sem causalção.

grandes transformações metodológicas que culminaram em uma revolução de credibilidade¹² (REZENDE, 2015b). Os desenhos de pesquisa passam a ter primazia sobre a análise (RUBIM, 2008) pois o grande debate passa a ser o de como gerar boas inferências trazendo o foco para as estratégias de identificação (ANGRIST; PISCHKE, 2009).

Um dos motivos para a Ciência Política tomar essa direção foi percebida por Norris (1997). Ela mostra que a disciplina vem se tornando cada vez mais cosmopolita, isto é, independente do lugar em que se pratica, os problemas analisados são cada vez mais comuns assim como os métodos e técnicas utilizadas. A partir disso, Rezende (2015;2017) observa que por meio da globalização e de avanços tecnológicos, essa unificação da agenda se tornou possível e o que se torna o “padrão-ouro” são os modelos de inferência causal que trazem consigo demasiado rigor metodológico.

O segundo motivo capitado por Rezende é a contribuição canônica do livro *Designing Social Inquiry* (KING; KEOHANE; VERBA, 1994). Os autores colocam a questão da inferência causal ou descritiva como sendo primordial para as ciências sociais. Em consonância com Rubim (2008), eles afirmam que o conteúdo de uma pesquisa é método. Colocando as questões metodológicas no centro do debate, eles argumentam que a conexão entre desenho de pesquisa e qualidade inferência é fundamental e que isso vale tanto para pesquisas qualitativas quanto para quantitativas. Mesmo que hajam críticas à forma como KKV discursa sobre os problemas e as soluções que os estudos qualitativos devem tomar (BRADY; COLLIER, 2004), há uma grande concordância quanto ao papel eminente da inferência causal e da qualidade dos desenhos de pesquisa na disciplina.

A contribuição do livro “*A Tale of Two Cultures*” escrito por Gary Goertz e James Mahoney identifica a existência de duas culturas nos desenhos de pesquisa da CP. Os autores reagem às conclusões que KKV chegam, mais especificamente, a conclusão de que métodos qualitativos e quantitativos se diferenciam apenas em estilo, mas buscam a mesma lógica de inferência. As duas culturas que o título do livro sugere são os métodos quantitativos e qualitativos, contudo, estas tradições não buscam a mesma lógica de inferência. A primeira está interessada em acessar o efeito das causas, isto é, através da quantificação e de pesquisas *large-n* o autor pode, de fato, mensurar o efeito que uma variável específica tem sobre outra. Já os métodos qualitativos estão associados a lógica inferencial de causa dos efeitos. Isto é, o interesse deixa

¹² A revolução de credibilidade, que aconteceu na Economia, tornou a produção científica mais rigorosa em termos das possibilidades de se fazer inferência causal. A partir dela, também, o foco passou a ser em problemas identificáveis.

de ser no quanto uma variável afeta outra, mas sim, entender sobre quais condições determinadas causas geram determinados efeitos. Esse tipo de lógica demanda desenhos que levem em consideração o contexto e normalmente estão associados a estudos de caso ou de *small-n* que buscam compreender os mecanismos presentes em determinadas associações.

É nesse contexto que Rezende (2015) observa o surgimento do pluralismo inferencial. Ele propõe uma tipologia em que uma das categorias é a levantada por Goertz e Mahoney, ou seja, as duas grandes lógicas que regem os desenhos de pesquisa na CP: efeito das causas e a causa dos efeitos. A outra categoria refere-se ao controle que o pesquisador tem durante a pesquisa que pode ser alto ou baixo. A figura 1 mostra essa tipologia.

O primeiro quadrante refere-se aos desenhos sob a lógica das causas dos efeitos e um baixo controle por parte do pesquisador. O desenho em questão seria a análise descritiva. Nesse tipo de análise, o pesquisador não está interessado em acessar causalidade entre variáveis, mas sim explorar o caso. Se valendo da inferência descritiva (KING; KEOHANE; VERBA, 1994), a partir dessa exploração, pode-se trazer variáveis outrora desconhecidas pela literatura e que podem ocupar um papel central nos modelos causais.

O segundo quadrante, isto é, baixo controle e a lógica do efeito das causas está associado a métodos qualitativos que buscam acessar causalidade. Ainda que o pesquisador não possa manipular nem os casos e nem as variáveis, a inferência causal continua possível. Nesse quadrante estão situados os métodos comparativos associados a desenhos que dispõe de número de casos limitados. A intencionalidade do pesquisador é permitida e até mesmo necessária na escolha dos casos dos desenhos presentes nesse quadrante. Os desenhos seriam os *fuzzy sets*, *qualitative comparative analysis* (QCA), estudos de caso e *process tracing*.

No terceiro quadrante, intitulado por Rezende de interpretação causal, a lógica é de causa dos efeitos e o controle do pesquisador é alto. Neste cenário o pesquisador não tem tanta liberdade para escolher quais casos analisar, a seleção de casos precisa ser mais robusta para evitar alguns tipos de vieses. A inferência obtida nesse quadrante está ligada a lógica dos contrafactuais, isto é, o serão identificados mecanismos que tornam possíveis certas relações causais e será teorizado sobre o que aconteceria na ausência deles. Estimar o efeito não é o objetivo central desse tipo de análise.

O último quadrante é onde o objetivo é estimar efeitos causais e o controle do pesquisador é alto. Os desenhos observacionais, quase-experimentais e experimentais ocupam esse cenário. O rigor tende a ser o mais elevado possível e a preocupação com vieses potenciais é

Figura 1 – Tipologia dos Desenhos de Pesquisa na Ciência Política

		Lógica Básica	
		Causas dos Efeitos	Efeitos das Causas
Controle	Baixo	Análise Descritiva (análise contextual)	Explicação Causal (método comparativo)
	Alto	Interpretação Causal (mecanismos & contrafactuais)	Estimação Causal (experimentos e quasi- experimentos)

Fonte: Tipologia extraída do manuscrito escrito por Rezende (2015)

preponderante nesse mundo. Estratégias de identificação robustas são preferíveis, tais como: o desenho experimental, em que o pesquisador tem total controle sobre as variáveis analisadas e os casos são escolhidos de forma aleatória; ou desenhos quase-experimentais, onde a escolha aleatória dos casos não são possíveis pois os dados são observacionais, mas a partir de estratégias sofisticadas o pesquisador consegue imitar um experimento para alcançar inferência causal de qualidade.

Com toda essa gama de possibilidades, Rezende observa que, normalmente as pesquisas flutuam entre esses quatro mundos, ou seja, a Ciência Política, diferente de outras ciências como a economia, não está centrada unicamente no último quadrante observado. Como as instituições apresentam importância incontestável nos modelos explicativos e, como vimos acima, instituições são sensíveis ao contexto apresentando alto grau de endogeneidade, não se pode descartar os métodos comparativos e contrafactuais que são mais eficazes ao tratar esse tipo de configuração.

Isso tudo aliado a crescente preocupação com a conexão entre desenhos de pesquisa e qualidade inferencial bem como a sofisticação metodológica ampliaram o leque de meios para se alcançar a inferência causal. A disciplina não seguiu fielmente as propostas de KKV que sugerem prioridade aos estudos do tipo *large-n*. Com tudo isso em mente, Rezende observa o Pluralismo Inferencial na Ciência Política.

Para mensurar o PI, Rezende (2017) apresenta sete dimensões por meio das quais podemos observar o fenômeno. São elas: gradual divisão do trabalho entre modelos institucionais e comportamentais; demanda crescente por inferência causal; primazia de métodos e modelos; aderência ao paradigma EITM¹³; diversificação do portfólio das estratégias e técnicas; diversificação das lógicas de causação nos desenhos de pesquisa; e a expansão dos desenhos experimentais.

Esta dissertação foca na primeira dessas dimensões, qual seja, a gradual divisão de trabalho entre modelos institucionais e comportamentais. Rezende (2017), analisando as publicações de cinco periódicos influentes na CP mostra que, de fato, esses dois modelos coexistem. Mas até que ponto isso é um indício do pluralismo inferencial. Será que modelos comportamentais estão mais ligados a desenhos experimentais do que os modelos institucionais? Se a análise de Przeworski (2004;2005) estiver correta, desenhos que levam em conta variáveis institucionais enfrentarão grandes problemas metodológicos para se valer da lógica experimental.

Para observar esse possível fenômeno, utilizarei uma literatura bastante conhecida na Ciência Política, que são os estudos sobre o comparecimento eleitoral nas urnas. Explicações que utilizam tanto variáveis institucionais quanto comportamentais são frequentes nessa bibliografia. No capítulo 2 abordarei essa literatura diferenciando as abordagens institucionais das comportamentais.

¹³ EITM é a sigla para *Empirical Implications of Theoretical Models*. O objetivo principal desse paradigma é conectar estudos teóricos a estudos empíricos, um não pode ser dissociado do outro.

3 COMPARECIMENTO ELEITORAL: ENTRE EXPLICAÇÕES INSTITUCIONAIS E COMPORTAMENTAIS

Um dos pré-requisitos básicos de uma democracia é a participação popular. A natureza desta - como, de fato, o povo participa - é alvo de grande debate na literatura (JACKMAN, 1987). Uma das vertentes da teoria democrática, qual seja, a teoria elitista da democracia, mostra que o papel do cidadão como eleitor é, simplesmente votar (SCHUMPETER, 1961). Participação democrática passa a ser o comparecimento às urnas, que por meio desta, os eleitores podem escolher seus representantes no governo. Esta é uma maneira limitada de definir participação política (TEORELL, 2006), mas, ainda assim, é largamente utilizada na literatura. Dahl (1971), por exemplo, inclui em seu modelo duas categorias para definir o quão democrático são os países, quais sejam, inclusão e contestação. Inclusão refere-se a abertura das eleições, isto é, quanto maior a participação popular, mais democrático seria o país.

De fato, o comparecimento eleitoral é uma literatura bastante ativa na Ciência Política. Entender o que leva o cidadão a votar ou se abster tem um impacto significativo ao sistema política, visto que o direito de votação é um dos principais determinantes de um governo democrático. Ainda que seja um direito cívico; um meio para o eleitor participar da vida política escolhendo quem será seu representante, nem todo mundo comparece às urnas no dia da eleição. Por que isso acontece? Lijphart (1997) chama esse fenômeno de “o dilema não resolvido da democracia”. Realmente aparentemente a abstenção em alta escala é um sério problema para a representação democrática. Supomos, por exemplo, que algum segmento da população tenha uma maior probabilidade de se abster, e que o objetivo do político é se reeleger e ele o faz por meio da formulação e implementação de políticas públicas (MAYHEW, 1974). Com essa configuração em mente, fica claro, que o segmento da população que não vota estará sendo sub-representada pois, agindo racionalmente, o político concentrar seus esforços (políticas) para representar aqueles que votam (GRIFFIN; KEANE, 2006).

Por esses motivos, esse fenômeno chama bastante atenção entre a comunidade acadêmica da Ciência Política. Contudo, há uma clivagem nessa literatura no que concerne ao modo de explicar o comparecimento eleitoral. Como dito acima, as perspectivas institucional e comportamental coexistem na CP (REZENDE, 2017) mas suas abordagens de explicações são distintas. Isso não é diferença na literatura que estuda o *turnout* nas eleições. A grande diferença entre os modelos institucionais e comportamentais é seu nível de análise. Enquanto esta centra suas explicações a partir do nível micro (individual), aquela tende a utilizar como variáveis

independentes categorias do nível macro (instituições). Deste modo, as grandes explicações sobre o fenômeno do comparecimento eleitoral gira em torno destas duas perguntas: Por que o eleitor vota? e; por que as taxas de comparecimento eleitoral varia de país para país?

A primeira pergunta é respondida pelas teorias comportamentais. A questão passa a ser a entender por que o eleitor perderia seu tempo para se informar sobre vários candidatos e deixaria seus afazeres para sair de casa no dia da eleição para depositar seu voto na urna. Essa questão é bastante discutida nas teorias da escolha racional, isto é, compreender sobre a relação entre os custos e benefícios relacionados a votação; e nas teorias psicológicas que tentam entender o papel do dever cívico e quais estímulos emocionais ou informacionais aumentam a probabilidade de o eleitor escolher seu candidato e votar.

Já a segunda pergunta, sobre a diferença das taxas de comparecimento entre os países, remete a respostas institucionais. Afinal o que varia de país para país são características socioeconômicas e institucionais. Com isso a pergunta “as instituições importam?” entram em cena para mostrar que elas importam para o comparecimento. De modo geral, a variação de sistemas eleitorais, sistemas partidários, força entre as câmaras e o voto compulsório são as grandes respostas para essa pergunta. As literaturas de ambas perspectivas serão melhor discutidas nas subseções abaixo.

3.1 PERSPECTIVAS COMPORTAMENTAIS E DA ESCOLHA RACIONAL

Por que o eleitor vota? Essa pergunta mobiliza a maior parte da literatura sobre comparecimento eleitoral. Entender o que se passa na cabeça do eleitor para escolher um candidato e comparecer no dia da eleição é um desafio considerável para Ciência Política. Como mostrado acima, desde de Downs (1957), as teorias da escolha racional representam um paradigma importante na explicação política. Por certo, elas mostraram-se eficazes em explicar uma pletera de fenômenos sociais. No entanto, o fenômeno aqui analisado representa uma falha empírica do modelo racional (GREEN; SHAPIRO, 1996). Aparentemente seria irracional para um cidadão gastar seu tempo se informando para no dia da eleição parar seus afazeres para comparecer no local onde as urnas estão localizadas. Downs chamou esse fenômeno de “o paradoxo do voto”.

Downs em sua obra canônica intitulado de “*An Economic Theory of Democracy*” escreve um capítulo sobre a lógica básica do voto. Utilizando conceitos econômicos, ele sugere que os eleitores são perfeitamente racionais e estão sempre em busca de maximizar sua utilidade. Na microeconomia utilidade de um indivíduo refere-se a uma medida de benefícios em sua mente.

Logo, o objetivo do eleitor é escolher a opção que lhe traz o maior benefício, em outras palavras, o candidato que maximiza sua utilidade.

Downs reconhece que o eleitor apresenta dificuldade em mensurar os benefícios que o governo lhe traz. Na verdade, existe uma dificuldade em identificar quais benefícios são trazidos pelo governo e quais não são. Vários tipos de bens são supervisionados pelo governo sem que o eleitor tome conhecimento disto. A sua decisão será pautada principalmente sobre benefícios que o eleitor reconhece que seja provida pelo governo.

O cidadão, para escolher em quem vai votar precisa fazer algumas estimativas sobre o futuro e outras contrafactuais. Downs mostra uma simples equação para mostrar o voto do eleitor:

$$V = E(U^A_{t+1}) - E(U^B_{t+1}) \quad (1)$$

onde, “V” é o voto do eleitor; “E” é a esperança do resultado, isto é o resultado estimado; “U^A” e “U^B” são as utilidades do eleitor caso o partido incumbente (A) e o partido desafiante ganhe (B); “t+1” refere-se ao momento pós eleição. Ou seja, o primeiro argumento refere-se à esperança da utilidade que será adquirida se o partido incumbente ganhar e o segundo argumento à esperança da utilidade recebida caso a oposição vença as eleições. Se a equação for positiva, o eleitor racional votará no mandatário, se for negativa, o voto será para a oposição. Se a equação zerar, o eleitor se abstém.

Essa equação traz um pequeno problema, o eleitor não se baseia em nada real (que já aconteceu) para escolher seu voto. Será que ele se baseia apenas no futuro para votar? Downs apresenta uma segunda opção de cálculo que o eleitor pode fazer para tomar sua decisão:

$$V = (U^A_t) - E(U^B_t) \quad (2)$$

onde, “t” remete ao período presente. O cálculo deixa de ser prospectivo e passa a ser contrafactual. O eleitor tem a informação de utilidade quando o partido incumbente está no poder e estima qual seria sua utilidade caso o partido da oposição estivesse no poder. Esse cálculo, segundo Downs, é mais provável, visto que o eleitor pode se palpar em algo que de fato aconteceu. Ou seja, o voto é retrospectivo.

Essas equações mostram como um eleitor puramente racional pensando apenas na maximização de utilidade pensa. Contudo, esse não é o cálculo que ficou conhecido como o paradoxo do voto, pois ele desconsidera os custos que o eleitor enfrenta para votar, bem como os benefícios inerentes que o eleitor ganha ao contemplar seu direito de votar. O paradoxo do voto é apresentado da seguinte maneira:

$$T = pxB + D - C \quad (3)$$

onde, T é o comparecimento, p é a probabilidade de o eleitor ser decisivo para o resultado da eleição, B são a utilidade recebida pelo eleitor caso seu candidato vença, D são os benefícios inerentes de ir votar independente do resultado da eleição e C são os custos de ir votar. O problema é que a probabilidade de a eleição está empatada e o eleitor ser, de fato, decisivo (pivotal) é praticamente nula. Então, quando p tende a 0, B também é anulado e cálculo fica entre D e C. Em outras palavras, na maioria dos casos, principalmente em grandes eleições, agindo racionalmente o eleitor deveria se abster. Contudo, o que é observado no mundo empírico são taxas muito mais alta de comparecimento do que o previsto pela teoria da escolha racional. Essa é a falha empírica do modelo racional (GREEN; SHAPIRO, 1996).

Uma saída que as teorias da escolha racional acharam para explicar altas taxas de comparecimento foi na teoria dos jogos. Ou seja, o eleitor não está no “jogo” sozinho, a teoria dos jogos mostra que a ação não explicada apenas pelo cálculo racional de custos e benefícios do eleitor, mas consideram também a escolha dos outros eleitores. Palfrey e Rosenthal (1983) criam o modelo do eleitor pivotal (*pivotal voter model*) em que a variável chave da equação de Downs passa a ser o “p”, isto é, a probabilidade de o eleitor depositar o voto decisivo. A contribuição do modelo de Palfrey e Rosenthal foi mostrar que o eleitor percebe a probabilidade de ser pivotal na média e tende a superestimar essa percepção (DUFFY; TAVITS, 2008). Essa visão explica a correlação encontrada entre eleições competitivas e turnout pois, quanto mais incerto o resultado da eleição nas pesquisas eleitorais, maior a probabilidade de o eleitor ser pivotal. Contudo, para que o novo equilíbrio que esse modelo propõe (com o comparecimento eleitoral elevado) aconteça, o eleitor precisa ter total informação dos cálculos de utilidade dos outros eleitores. Se admitirmos informação incompleta o modelo falha em explicar o *turnout* e o paradoxo continua (GREEN; SHAPIRO, 1996). Nas palavras de Fiorina (1990) esse é “o paradoxo que ‘comeu’ a teoria da escolha racional.

Em uma crítica a teoria da escolha racional Green e Shapiro escrevem o livro “*Pathologies of Rational Choice*” em que os autores expõem algumas falhas estruturais da explicação puramente racional. Quanto ao paradoxo do voto, os autores sugerem que os modelos ganhariam poder de explicação se abrissem mão do pressuposto da maximização de utilidade. Isto é, o eleitor pode ser movido por “outras forças” que não apenas o simples cálculo de custos e benefícios. Green e Shapiro dizem que o “D” na equação de Downs é subestimado e que deveriam incorporar seriamente o dever cívico (*civic duty*) no modelo. Existem diversas variáveis que podem alterar o cálculo do eleitor. As campanhas podem aumentar o entusiasmo

com a eleição, o clima (chuva) pode aumentar o custo do eleitor comparecer (ARTÉS, 2014) dentre vários outros fatores atitudinais que afetam a probabilidade do comparecimento. Algumas dessas variáveis serão revisadas abaixo.

A primeira variável a ser considerada aqui foi proposta por Verba e Nie (1972) no que eles chamaram de *resource model*. Os autores mostraram que o eleitor possui três recursos básicos que explicam sua probabilidade de votar. São eles o conhecimento político (*political knowledge*), habilidades e oportunidades. Em termos mais empíricos, esses recursos seriam medidos respectivamente pela educação, renda e ocupação do eleitor. Em outras palavras, o status socioeconômico do indivíduo é chave para entender a decisão de ir votar.

A religião é outro fator que vários artigos mostraram ter efeito sobre a probabilidade de participação. Fraga (2006) mostram que protestantes participam mais do que católicos. O mecanismo que possibilita essa relação é a estrutura menos hierarquizada do protestantismo. Seus fiéis estariam mais preparados a entrar nos diversos meios de participação (para além do voto) existentes na arena política. Já Buhlman e Freitag (2006) sugerem o oposto. Se valendo de uma análise no nível dos cantões da Suíça, os autores mostram que quanto maior o número de católicos, maior a taxa de *turnout* cantão. Eles explicam que várias características individuais elevam a probabilidade de votação, mais especificamente, indivíduos casados, com alto nível de interesse político, que concorda que votar é um dever, possui ligação com algum partido político, possui estabilidade financeira, confia no parlamento e está satisfeito com o sistema político tem mais chances de que aparecer no dia da eleição. Contudo, o mesmo tipo de indivíduo apresenta propensões diferentes de comparecer e o que explica isso é o contexto. Apesar de se pautar em variáveis institucionais, Buhlman e Freitag mostram que a cultura católica, por causa de sua história no país, eleva o sentimento de luta no indivíduo, isto é, eles possuem um forte desejo de serem representado na política.

Outra explicação incluída no livro “*The American Voter*” (CAMPBELL et al., 1960) é a questão da neutralidade. Alguns eleitores são mais propensos a votar pois se identificam com um candidato ou partido, em quanto outros simplesmente não vê diferença entre as opções disponíveis, logo eles se abstêm. Isso remete a equação 1 e 2 proposta por Downs, isto é, quando a diferença entre as utilidades estimada pelo eleitor sob o governo do mandatário e do desafiante for igual a 0, o mesmo tende a se abster pois é neutro. O indivíduo não faz distinção entre as opções. Yoo (2010), em contrapartida, diz que não é dada a devida atenção ao fenômeno da neutralidade no comparecimento às eleições. O autor sugere uma perspectiva bidimensional do eleitor neutro. Isto é, a neutralidade é composta por indivíduos que são indiferentes e por

indivíduos que são ambivalentes. A ambivalência ocorre quando o eleitor avalia as opções e encontram um balanço entre os lados positivos e negativos tornando-se, assim, neutro. A indiferença ocorre quando não existe nenhum tipo de avaliação pois ele acredita que seu voto não vai fazer nenhuma diferença no resultado das eleições (MACHIN, 2011), tornando-se, assim, neutro. Yoo mostra que indivíduo ambivalentes são mais propensos a comparecer do que os indiferentes.

O conhecimento sobre política também se vê corriqueiramente nos modelos comportamentais para explicar o porquê eleitores votam. A relação é óbvia, quanto melhor informado sobre política for o indivíduo, maior a probabilidade de o mesmo comparecer. Downs considera o fator informacional no seu modelo, segundo ele, o ator precisa ser bem informado para saber como votar (saber avaliar a medida de utilidade esperada sob cada governo) e para influenciar nas políticas públicas. Condon (2015), por exemplo, mostra que as habilidades oratórias de um estudante no colegial têm um efeito na probabilidade de ingresso em grupos sociais que discutem sobre política, isso por sua vez, aumenta o conhecimento político afetando positivamente a possibilidade de o mesmo votar.

Political knowledge não só demonstra ter efeito sobre o comparecimento, mas, também, em como o eleitor vota (WANG, 2015). Indivíduos que tem conhecimento sobre as plataformas partidárias dos candidatos são mais propensos a apoiar o candidato que melhor o representa. Eleitores bem informados consideram propostas de políticas públicas para escolher seu voto. Alguns eleitores, se fossem melhor informados mudariam seus votos. Informação sobre os candidatos aumenta a probabilidade de o eleitor escolher por ideologia.

Fica claro que adquirir informação é um fator chave para explicar o *turnout*, contudo, essa variável é difícil de se mensurar. O quanto o eleitor absorve das informações transmitidas pela tv, rádio ou jornal é de grande interesse, tanto para cientistas políticos como para psicólogos. Várias pesquisas empíricas mostram que o eleitor grava a maioria das informações adquiridas na memória de curto prazo, isso explicaria a teoria do eleitor míope, isto é, o indivíduo considera apenas os últimos momentos do mandato do incumbente para avaliar se seu governo foi bom ou ruim. A maioria dos estudos empíricos utilizam como proxy a educação (quantidade de anos de estudo), porém esta medida é bastante criticada na literatura.

O dia em que a eleição ocorre também é um fator que altera os custos de votar. No Brasil, por exemplo, as eleições ocorrem no domingo para aumentar a quantidade de gente disposta a ir às urnas. Porém, o dia varia de localidade para localidade. Se a eleição acontece em um dia de

semana e esse dia não é dado como feriado, os custos de votar aumentam consideravelmente pois o eleitor precisará faltar o trabalho para comparecer. Outro fenômeno que a literatura americana estuda é a diferença entre o *turnout* das eleições presidenciais e de *midterm*. Há evidências na literatura sobre diferenças de comparecimento entre eleições de primeira e segunda ordem¹⁴ (SÖDERLUND; WASS; BLAIS, 2011). De fato, nos EUA, eleitores são mais propensos a aparecer nas eleições presidenciais do que nas que acontecem no meio do mandato presidencial. Então, mesmo considerando apenas eleições de segunda ordem, se estas acontecem no mesmo dia que eleições de primeira ordem, o *turnout* será maior. A taxa de *turnout* também tende a aumentar quando o eleitor tem a opção de votar em outros momentos além do dia da eleição, porém essa é uma categoria institucional.

Aliado a ao dia que a eleição acontece está a probabilidade de chover nesse dia. A chuva também aumenta o custo de sair de casa no *election day*. Outra hipótese que a literatura aumenta é que a chuva não cria abstenções aleatórias, alguns partidos podem se favorecer caso chova no dia de votação. Os estudos apontam, no caso dos Estados Unidos, que a chuva favorece os republicanos nas urnas. Knack (1994) refuta essa hipótese mostrando, em diversas eleições, que não existe um viés partidário nas abstenções causadas pela chuva. O autor mostra também que o efeito desmobilizador da chuva só acontece para os eleitores que possuem baixo senso de dever cívico (*civic duty*).

Já a literatura do *get out the vote*, demonstra o efeito das campanhas de mobilização eleitoral, que ocorrem frequentemente em países onde o voto não é obrigatório, no comparecimento. A partir dos problemas expressos acima, o eleitor tem inúmeros motivos para se abster, então, surge a pergunta de como estimular a ida do eleitor as urnas. Mais especificamente, o que os partidos podem fazer para mobilizar o seu eleitorado. Para responder essas indagações Green e Gerber (2004) no livro “*Get out the Vote: How to increase Voter Turnout*” aplicam inúmeros experimentos para mostrar quais métodos (campanha de mobilização eleitoral) trazem mais eleitores às urnas. Os principais meios discutidos são tentativas de mobilização eleitoral por e-mail, televisão, rádio, jornais, telefone, conversa “cara-a-cara” e festivais. Os maiores efeitos são encontrados na mobilização “cara-a-cara” isto é, pessoas são abordadas fisicamente para ouvir a respeito da importância de comparecer. Essa é a literatura que contém maior frequência de desenhos experimentais pois esse livro funciona como um guia de como testar estratégias de

¹⁴ Eleição de primeira e segunda ordem estão associadas a importância do cargo, isto é, a quantidade de poder que o cargo em disputa oferece. Eleições de primeira ordem estão mais ligadas a eleições executivas enquanto de segunda, legislativas.

mobilização pela via experimental o que, por sua vez, impulsionou grande número de publicações nesse sentido.

Outro tipo de estratégia que chama a atenção dos cientistas políticos é a campanha negativa. Isto é, campanhas que atacam a oposição. Esse tipo de abordagem tem dois efeitos distintos nos cidadãos (BANDA; WINDETT, 2016), são eles: o informacional e o de desaprovação. Esse tipo de campanha bombardeia o eleitor com notícias ruins sobre o concorrente, essa nova informação adquirida pelo eleitor pode fazê-lo desistir de votar no candidato alvo. A psicologia contribui ativamente com essa literatura, pois, a música e as cores são fatores importantes para chamar atenção do eleitor e despertar emoções específicas no mesmo – emoções que remetem a tristeza, desaprovação e raiva.

Como grupos votam também tem sua influência no comparecimento. Minorias comparecem mais em locais onde estão concentradas (FIELDHOUSE; CUTTS, 2008). Em lugares onde elas estão dissipadas, a tendência é se abster das eleições. Isso acontece pois em lugares onde as minorias estão concentradas, a probabilidade de os eleitores criarem vínculos sociais e por sua vez participarem de grupos organizados é maior. Por sua vez, isso aumenta a preocupação com a representação política, visto que em grupo, eles deixam de pensar em si, mas sim, na sobrevivência do grupo.

Por último, Levine e Palfray (2007) fundamentados na teoria da escolha racional apresentam três fatores que aumentam a chance de o eleitor votar. São elas: *size effect*; *competition effect* e; *underdog effect*. A primeira remete ao efeito do tamanho do eleitorado no senso de pivotalidade do eleitor. Em países ou comunidades pequenas o eleitor tem mais incentivos para votar. Empiricamente esse efeito só é encontrado em lugares muito pequenos, pois, além de o peso do voto ser maior – o peso do voto varia com o tamanho do eleitorado – a probabilidade de o eleitor conhecer o candidato pessoalmente é maior. O “*competition effect*” refere-se a eleições competitivas. Quanto mais competitiva a eleição, isto é, quanto mais incerto o resultado dela, maior será a crença de que o voto é decisivo. Esse é um dos achados mais robustos da literatura do comparecimento eleitoral (BLAIS, 2006). O *underdog effect* mostra variação de comparecimento entre os apoiadores declarados dos candidatos. O eleitorado de um candidato que está mal nas pesquisas tende a comparecer mais do que os apoiadores do candidato que tem vantagem.

3.2 PERSPECTIVA INSTITUCIONAL

Outro fenômeno que mobiliza a literatura do comparecimento eleitoral é o fato de que as taxas de *turnout* variam entre países. Os modelos institucionais são mais propensos a explicar esse fato pois a categoria política que varia entre nações é, justamente, as instituições. Variações socioeconômicas e culturais também variam entre localidades, e elas têm sua parcela na explicação do comparecimento. Na Ciência Política, no entanto, essas variáveis normalmente aparecem como controles no intuito de isolar o efeito da instituição de interesse.

As explicações institucionais do comparecimento às eleições são mais recentes do que a perspectiva comportamental. Vimos, acima, que o novo institucionalismo aparece como modelo explicativo mais sólida entre o final da década de 1980 e início da de 1990. Já o modelo comportamental tem início em 1920 com um pico em termos de volume de produção no período pós II Guerra Mundial. De fato, o primeiro trabalho a levar seriamente em conta o papel das instituições na explicação do *turnout* foi o livro “*Contemporary Democracies*” escrito por Powell (1982). Depois disso, Powell (1986) escreve um artigo para a *American Political Science Review* utilizando as mesmas variáveis explicativas contidas em seu livro. Ainda nesse mesmo periódico, Jackman (1987) propõe outras variáveis institucionais, e, apesar de não ser o pioneiro na área é quem define a agenda das pesquisas futuras sobre o efeito das instituições no comparecimento eleitoral.

No artigo intitulado de “*American Voter Turnout in Comparative Perspectives*” Powell (1986) explica que dois fatores influenciam na probabilidade do eleitor vota, são eles, fatores atitudinais e fatores institucionais. Para mostrar a importância deste último, Powell observa que existe um paradoxo nas eleições norte-americanas. A média de comparecimento eleitoral nas demais democracias da época era entorno de 80%, nos Estados Unidos, por sua vez, a taxa girava entorno dos 50%. Explicar esse fenômeno era um desafio para as perspectivas comportamentais uma vez que em termos atitudinais, a expectativa de um eleitor americano votar é maior do que em outras democracias. Isto é, na média, as características comportamentais que explicam o *turnout* do eleitorado americano, quando comparado a de outras democracias, são mais elevadas, isso deveria culminar em taxas agregadas de comparecimento mais elevadas. A partir de análise de *survey* Powell analisa as atitudes que levam o eleitor as urnas (se o eleitor se sente representado por algum partido; se ele acha que se envolver na política é um dever cívico; se ele demonstra confiança no governo; e se o eleitor tem interesse sobre questões políticas), a atividade política do indivíduo (se o eleitor discute

sobre política com outras pessoas; tentaram persuadir outras pessoas em mudar de voto – ou comparecer; e se ele já trabalhou para algum partido) e, também, características demográficas (educação, ocupação e idade). Nessa análise ele comprova o paradoxo pois o eleitorado americano, olhando apenas para essas categorias citadas acima, deveria comparecer mais do que o eleitorado de outras democracias, fenômeno este que não ocorre.

Para resolver o paradoxo, Powell propõe explicações institucionais, isto é, o arranjo institucional americano, quando comparado com o das outras democracias, criam fortes incentivos para o eleitor não comparecer. Mais especificamente, o autor mostra que o sistema partidário e as leis de registros são os grandes inibidores de *turnout* nos Estados Unidos. Em países em que o registro do eleitor, isto é, o processo burocrático que legaliza um indivíduo como eleitor, é automático, o comparecimento tende a ser maior. Nos Estados Unidos, e o custo de se registrar é agregado aos demais custos do comparecimento. Essa instituição tem, no entanto, um efeito reverso. De fato, quando olhamos a taxa de *turnout* como uma proporção da população ativa, as leis de registros a depreciam. Porém, ao olhar essa taxa como proporção dos eleitores registrados, essa instituição aumenta a taxa de comparecimento eleitoral. Isso faz sentido, pois se o eleitor tem o trabalho de “sair de casa” para se registrar, provavelmente, ele tem intenção em participar das eleições.

A variável mais forte no seu modelo é o sistema partidário. Mais especificamente, a ligação entre grupos sociais e os partidos. Quanto maior a interação entre partidos políticos e associações sociais organizadas, maior as taxas de comparecimento. Powell conclui que existe um efeito do comportamento do eleitorado no comparecimento. Se os eleitores das demais democracias tivessem as mesmas atitudes que os eleitores americanos, a média do comparecimento geral seria aumentada. Porém, ele estima esse efeito em 5%, enquanto o sistema partidário aumenta a taxa de comparecimento em 13% e as leis de registro em 14%.

Apesar de Powell ser o primeiro autor a testar empiricamente o efeito das instituições no comparecimento às urnas colocando em xeque as teorias comportamentais, quem definiu a agenda de pesquisa dos modelos institucionais para explicar esse fenômeno foi Jackman (1987) no artigo intitulado “*Political Institutions and Voter Turnout in the Industrial Democracies*” (BLAIS, 2006). O autor não desconsidera em seu modelo o *link* entre grupos sociais e partidos políticos, que era a variável mais forte no modelo proposto por Powell. Jackman deixa claro que variações no comparecimento eleitoral entre países são funções de arranjos institucionais.

A primeira instituição a ser analisada por Jackman é o sistema eleitoral do país. Ele mostra que o tamanho do distrito eleitoral é tem um impacto preponderante no *turnout*. O mecanismo que possibilita essa relação é o incentivo de mobilização eleitoral por parte dos partidos políticos. Em países onde a eleição é dividida em vários distritos, como no caso dos Estados Unidos, os partidos concentram suas campanhas em lugares onde a competição política é acentuada. Os custos de mobilização são altos e os partidos precisam localizar seus esforços em lugares estratégicos para que consigam vencer as eleições. Em contrapartida, lugares em que as eleições ocorrem nacionalmente ou em distritos grandes, principalmente em sistemas majoritários, as campanhas de mobilização tendem a ser generalizadas em toda a nação ao em vez de estrategicamente alocadas em lugares específicos. Por causa disso, eleições competitivas em distritos grandes ou em eleições nacionais tendem a aumentar a taxa média de comparecimento às urnas.

Outro fator correlacionado ao sistema eleitoral é o grau de proporcionalidade das eleições. A relação esperada é a de que desproporcionalidade afeta negativamente o *turnout*. Isso por que, em eleições onde os votos são transformados em cadeira de forma desproporcional beneficia apenas os dois ou três maiores partidos. Logo, partidos pequenos têm menos incentivos para mobilizar e defensores desses partidos possuem menores estímulos para comparecer.

Um aspecto interessante que afeta a propensão do eleitor votar é a importância da eleição. Isto é, quanto mais direta e menos complexa for a relação de voto e poder político, maior o comparecimento eleitoral. Quando a eleição não deixa claro o papel do eleito no jogo político, as taxas de comparecimento caem. Esse mecanismo é visto em duas instituições: Multipartidarismo e Unicameralismo.

Em sistemas multipartidários em que o número efetivo de partidos (NEP) são elevados, normalmente o jogo político é governado por coalisões. Ou seja, fica confuso para o eleitor entender o papel do partido em que ele votou. Por isso, eleições países em que esse sistema institucional é vigente, o comparecimento tende a ser depreciado. Pensamento similar ocorre em nações onde existe proporcionalidade entre a câmara alta e baixa. O poder político da câmara baixa em sistemas bicamerais é menor e o processo legislativo tende a ser mais complexo. Logo, a correlação entre eleições legislativas onde as câmaras são simétricas e a taxa de comparecimento é negativa.

A última instituição analisada por Jackman é o voto compulsório. O seu efeito no comparecimento é bastante direto. O voto mandatório obriga o eleitor a votar pois caso o mesmo não compareça, ele será exposto a sanções. Ou seja, o custo da abstenção aumenta consideravelmente mudando o cálculo racional do indivíduo. De fato, essa é uma das instituições que mais mobiliza os eleitores, porém ela não é suficiente para conseguir mobilização total. Jackman mostra que, mesmo sobre o constrangimento do voto compulsório, a taxa de abstenção fica em torno de 10 a 20 por cento.

Mais recentemente, o debate sobre esta última instituição é refinada. Que o voto mandatório aumenta o *turnout* já é um achado consistente na literatura, porém, pouco se sabe sobre o efeito de suas sanções. As perguntas fundamentais passam a ser sobre o porquê precisa de sanções, quão duras elas devem ser e se existe um viés em quem é mobilizado levando em conta a mobilização. Há evidências, por exemplo, de que o voto compulsório diminui a desigualdade nas urnas. Essa hipótese é contestada por Cepaluni e Hidalgo (2016). Utilizando um modelo quase-experimental (regressão descontínua) e analisando o caso brasileiro, os autores mostram que, na verdade, o voto compulsório aumenta a desigualdade entre ricos e pobres nas urnas. O mecanismo que valida essa proposição é exatamente as sanções. No Brasil, o valor pago por não votar é ínfimo, contudo, até que a multa seja paga, o eleitor que não compareceu não pode participar de concursos públicos, obter um passaporte, ingressar em universidades públicas e nem tomar empréstimos em bancos estatais. Todas essas sanções afetam muito mais quem possui renda elevada do que os pobres. Logo, os autores corroboram a hipótese de que o comparecimento será enviesado para o lado dos ricos.

Uma discussão normativa sobre o voto mandatório é se essa instituição denigre ou exalta a qualidade da democracia. Como dito acima, quanto mais eleitores votarem, maior será a representatividade dos eleitos para com o eleitorado em geral. Caso exista um viés no comparecimento, o segmento que vota com maior frequência será super-representado enquanto aqueles que tendem a se abster são sub-representados. Isso, por sua vez, fere o conceito básico da democracia de governo para o povo. O voto compulsório resolveria esse problema pois obrigando o povo de modo geral a votar, fariam com que os políticos eleitos, dirigidos pela sua vontade de se manter no poder, fossem mais *accountable* a um eleitorado que melhor representa a população como um todo (ENGELEN, 2007). Outros, porém, argumentam que essa instituição viola o direito de liberdade individual. O indivíduo deve ter total liberdade de se abster caso essa seja sua vontade.

Quanto ao sistema partidário, Jackman mostra uma relação negativa entre NEP e comparecimento eleitoral. A literatura sobre isso mostra resultados difusos. O mecanismo proposto por Jackman é válido, isto é, quanto maior o número efetivo de partidos, maior a probabilidade do governo ser controlado por coalizões o que, por sua vez, diminui o poder do voto (diminuindo a capacidade do eleitor em entender a relação entre o candidato eleito e seu papel no governo) e isso causaria uma depreciação no *turnout*. Porém, outro caminho lógico que o multipartidarismo traz para causar um efeito reverso a esta teorizada por Jackman é que a quanto mais partidos competindo por eleições, maior a probabilidade de o eleitor se identificar com alguma opção. Aliado a isso, quanto mais partidos competindo, maior o número de campanhas para mobilizar o eleitor. Logo podemos esperar, também, um efeito positivo dessa relação. Ainda assim, a relação encontrada com maior frequência na literatura corrobora a relação negativa entre ambas (BLAIS, 2006).

Outras explicações para o fenômeno do comparecimento eleitoral que são frequentes na literatura institucional são: idade mínima para votar e Regras que facilitam a votação. A idade mínima para votar, aparentemente não segue o caminho lógico, isto é, quanto mais abrir os quadros do eleitorado, maior o comparecimento. Na verdade, evidências empíricas mostram que reduzir a idade mínima teria um efeito de depreciação do *turnout* (BLAIS; DOBRZYNSKA, 1998). Isso acontece pois quanto mais jovem o eleitor, menor a probabilidade do mesmo se interessar por discussões e informações políticas, diminuindo também sua propensão a participar do processo democrático. Para entender o porquê os mais jovens se absterem, Almlund (2018) promove e analisa vários grupos focais com esse segmento do eleitorado. O autor mostra que muito mais do que indiferença, esses jovens eleitores apresentam elevados níveis de insatisfação com o sistema de governo e os políticos em geral. Esses eleitores, no geral, desejam conhecer seus candidatos mais de perto, mais promessas factíveis, políticas locais e, acima de tudo, eles protestam contra a “velha política” aprovando novas iniciativas.

Outra maneira de aumentar o *turnout* pela via institucional é diminuir os custos do ato de votar propriamente dito. Isto é, alguns sistemas já colocaram em prática formas alternativas ao tradicional meio de sair de casa para depositar o *ballot* nas urnas. A literatura discute sobre as urnas eletrônicas, votar por e-mail e a duração da votação. Esta remete a fragilização do *election day*, isto é, eleitores pode antecipar seu voto e votar dias antes ao dia oficial das eleições. O impacto do voto por e-mail não é tão claro. Na verdade, aparentemente esse método de votação só tem um efeito positivo no *turnout* em locais em que as taxas de comparecimento são muito

baixas. De modo geral essa instituição mostra não ter efeito e em alguns casos, ter efeito negativo (KOUSSER; MULLIN, 2007).

4 DESENHO DE PESQUISA

O objetivo dessa dissertação é observar se o mecanismo que dá sentido a teoria do pluralismo inferencial (REZENDE, 2015a; 2017) na Ciência Política. Das sete dimensões que dão sentido a essa teoria, o primeiro, e talvez o mais importante deles, é a divisão de trabalho entre explicações institucionais e comportamentais. Como dito acima, a CP não se limitou a explicar apenas fenômenos identificáveis e nem se posicionou, unicamente, no quarto quadrante da figura 1 – isto é, desenhos em que o pesquisador tem alto controle das variáveis e busca efeito das causas (GOERTZ; MAHONEY, 2012). Como as instituições ocupam um papel central na Ciência Política contemporânea, os pesquisadores precisam ser mais “permissíveis” no que desrespeito ao portfólio de desenhos de pesquisas permitidos. Como as instituições são endógenas e muitas vezes explicadas pela história (PRZEWORSKI, 2004, 2005) existem barreiras a aplicação de desenhos causais para mensurar seus efeitos em determinadas causas. Por isso, espera-se que desenhos que busquem causa dos efeitos (GOERTZ; MAHONEY, 2012) levando em consideração o efeito do contexto na relação causal bem como maior demanda por inferências descritivas (KING; KEOHANE; VERBA, 1994).

4.1 O CASO

Para observar o possível fenômeno da relação entre modelos de explicação (institucionais e comportamentais) e desenho de pesquisa (observacionais e experimentais) sugerida pela teoria do pluralismo inferencial na Ciência Política, farei um estudo de caso analisando uma, das diversas literaturas existentes nessa disciplina. O caso escolhido nessa dissertação foi o estudo do comparecimento eleitoral.

A técnica de seleção do caso utilizada nessa dissertação foi a do caso típico. Gerring (2006) mostra que o caso típico é indicado quando o pesquisador quer, a partir de um caso, falar sobre um conjunto de casos mais amplo (população). Essa técnica permita que a partir da exploração do caso escolhido – caso este que representa a população – pode-se inferir (nesse caso descritivamente) sobre a população. Rezende (2015) analisando a publicação de cinco periódicos com alto fator de impacto da Ciência Política, mostra que, de fato, existe uma divisão do trabalho entre as perspectivas institucionais e comportamentais na disciplina como um todo. Essa categoria que explica a escolha do caso da literatura do comparecimento eleitoral como representante de um conjunto maior de casos.

Como explicado acima, as perspectivas institucionais e comportamentais são bastante distintas nessa literatura. A primeira tenta explicar a variação do *turnout* entre países e a segunda explicar

porque o eleitor vota. Apesar de não saber se existe uma preponderância de um tipo de explicação sobre a outra, ambas explicações estão consolidadas nesta literatura. Logo, deixo claro, que meu objetivo principal não é falar sobre especificidades das teorias que explicam o comparecimento, mas utilizar esse caso para falar da teoria do pluralismo inferencial e seu efeito na Ciência Política.

4.2 INFERÊNCIA DESCRITIVA

Outro ponto a ser considerado aqui é que o objetivo dessa dissertação é fazer inferência descritiva. Ainda que, aparentemente, exista uma relação causal na minha hipótese, qual seja, de modelos explicativos causa desenhos de pesquisas, a natureza dos dados que analiso não permite tal inferência causal. A estratégia de identificação¹⁵ necessária para responder causalmente essa relação deveria lidar com o problema de endogeneidade implícito na proposição. Isto é, o modelo explicativo que o pesquisador analisa determinado fenômeno e o seu desenho de pesquisa acontecem ao mesmo tempo. Como a unidade de análise para estudar padrões científicos em uma disciplina são os artigos, livros, teses e dissertações publicadas, é um desafio considerável separar a relação endógena entre teoria e desenho. Em outras palavras, assim como modelos comportamentais podem causar análises experimentais; o avanço de estudos metodológicos e da tecnologia pode facilitar a utilização experimentos o que, por sua vez, pode causar um maior apelo por teorias comportamentais. Observa-se então o problema de causalção-reversa. Apesar disso, realizar inferência descritiva é, também, relevante para qualquer ciência. Normalmente, elas acontecem antes dos estudos causais pois explorando um caso ou uma determinada relação, os resultados podem gerar *insights* para futuras pesquisas resolver possíveis problemas que outrora impediam análises causais (KING; KEOHANE; VERBA, 1994).

4.3 HIPÓTESES

Ainda que meu objetivo seja realizar inferência descritiva, não irei explorar o caso do comparecimento eleitoral de forma não estruturada. Estou olhando especificamente para a relação proposta por Rezende (2015) quando ele criou a teoria do pluralismo inferencial, qual seja, a relação entre modelos explicativos e desenhos de pesquisa. Dito isto, segue, abaixo, as hipóteses a serem exploradas nesta dissertação.

H1 – Existe uma divisão de trabalho entre explicações institucionais e comportamentais na literatura do comparecimento eleitoral.

¹⁵ O termo estratégia de identificação refere-se ao desenho de pesquisa.

Apesar de já ter explicado que as duas vertentes estão consolidadas na literatura em questão, a análise se concentra na publicação contemporânea dela. As explicações comportamentais fundamentaram-se na década de 1950 e 1960 enquanto as institucionais na década de 1980. Irei observar se mais recentemente, existe uma preponderância de um modelo sobre o outro ou se uma divisão de trabalho é observada. Espera-se que exista uma divisão do trabalho pois com isso, poderemos confirmar que a explicação política, de fato, não deixou as instituições de lado em função de seus problemas metodológicos.

H2 – Modelos comportamentais estão mais associados a desenhos experimentais do que modelos institucionais.

Como vimos, olhando para a história da Ciência Política, há uma relação entre avanços metodológicos e o comportamentalismo. Afinal, o primeiro experimento realizado na disciplina aconteceu durante as tentativas de Merriam de incorporar o modelo comportamental nas explicações da CP. De fato, a pesquisa experimental requer alto grau de manipulação das variáveis explicativas (o tratamento) e da população (para criar grupos similares a partir da randomização). Como as teorias comportamentais diminuem o nível de análise para o indivíduo, a sua manipulação é muito mais factível do que macro instituições.

H3 – Os experimentos naturais e de laboratório estão associados a modelos institucionais.

Com essa hipótese não pretendo dizer que esses tipos de experimentos não apareçam nos modelos comportamentais, pelo contrário, eles existem e podem ser mais corriqueiros do que nas explicações institucionais. Contudo, dado a dificuldade de se manipular instituições, nos experimentos naturais quem manipula o tratamento não é o pesquisador, mas sim, a natureza. A natureza pode prover ao institucionalista uma conjuntura ideal para analisar experimentalmente o efeito das instituições sobre o *turnout*. Outra possível maneira de manipular instituições seria através de experimentos de laboratórios. Estes dão ao pesquisador total controle dos grupos a serem avaliados bem como do contexto em que os participantes estão inseridos, deste, como, pode ser possível manipular uma instituição dentro de um laboratório.

Se as hipóteses 1 e 2 se sustentarem na literatura do comparecimento, podemos dizer que o mecanismo que torna o pluralismo inferencial possível faz sentido. Pois mostrando que as pesquisas institucionais coexistem com as comportamentais e que elas precisam recorrer a outros desenhos de pesquisa que não o experimental, abre o leque para outros desenhos de pesquisas que podem ser observacionais ou não. Isso nos leva a quarta hipótese.

H4 – Explicações institucionais estão mais associados a outros tipos de desenhos (que levam em consideração o contexto) do que as explicações comportamentais.

4.4 ESTRUTURA DE ANÁLISE

O quadro 1 sumariza a estrutura da análise empregada nessa dissertação. A unidade de análise será os artigos publicados da literatura do comparecimento eleitoral. A língua inglesa foi preferida pois a quantidade de referências nessa língua é demasiadamente maior do que em qualquer outra. Outro motivo para selecionar apenas artigos em inglês é que os principais periódicos da CP (com os maiores fatores de impacto) publicam artigos na língua inglesa. Os artigos foram selecionados da seguinte maneira: A partir do Portal de Periódicos CAPES/MEC, tive acesso a base do *Web of Science* que contém múltiplos bancos de dados e armazena as informações bibliográficas dos artigos publicados em diversas áreas e subáreas do conhecimento. Por meio das palavras-chaves “*turnout*”, “*Get Out The Vote*” e “*Get-Out-The-Vote*” e refinando os resultados para artigos científicos e para a área da Ciência Política obtive a minha população de análise que consiste em 2.332 artigos publicados entre os anos de 1958 a 2018.

Quadro 1 – Estrutura de Análise

Unidade de Análise	Artigos Publicados (em inglês)
Casos	Comparecimento Eleitoral
Período	1958-2018 / 2005-2018
Técnica de Coleta	Baixar os artigos através do Portal de Periódicos CAPES/MEC. Obter arquivos referentes a bibliografia (.bib e .txt) através do <i>Web of Science</i> .
Técnica de Análise	Análise Bibliométrica; Análise de Conteúdo
Tipo de Análise	Descritivo do tipo de Associações (Network)

Fonte: Elaboração do autor

O caso é a literatura do comparecimento eleitoral e a justificativa para essa escolha já foi abordado acima. O período analisado terá dois momentos. O que data de 1958 a 2018 representa todo o meu corpus de artigos e será analisado a partir de técnicas bibliométricas. Já o segundo período que consiste nos anos entre 2005 a 2018 será uma amostra estratificada extraída da população e servirá de insumo para a análise de conteúdo. As técnicas de análise, quais sejam, bibliométricas e de conteúdos serão melhor explicadas nas subseções abaixo.

Os dados foram coletados de duas maneiras. Para a análise de conteúdo, o insumo precisa ser o artigo científico completo. Estes foram baixados no formato “.pdf” através do Portal de

Periódicos CAPES/MEC. Para as análises bibliométricas, foram baixados os arquivos de extensão “.bib” e “.txt” que contém informações bibliográficas de cada artigo contido no corpus. Esses dados foram obtidos através do *Web of Science*.

Por último, como dito acima, o tipo de análise será descritivo e exploratório. Serão utilizados também recursos de associações de rede (*networks analysis*) nas análises bibliométricas.

4.5 ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

As referências citadas por um corpus de artigos constituem um conjunto de dados que podem dizer bastante sobre o “estado da arte” de uma disciplina. A análise bibliométrica surge para dar sentido a enorme quantidade de referências que foram citadas no decorrer do tempo, estas são influenciadas por diversos fatores (DO PRADO et al., 2016; LIU et al., 2014). Supõe-se, por exemplo, que se um artigo cita com frequências outros trabalhos que, em sua maioria, tratam de problemas institucionais, esse artigo, também, utiliza um modelo institucional. Dessa maneira, fica fácil de saber, no tempo, alguns pontos de inflexão da disciplina. Espera-se que em determinados momentos os modelos institucionais se sobressaiam e em outros, os comportamentais na literatura aqui analisada.

A partir das análises bibliométricas obtemos diversos dados importantes sobre a literatura como, por exemplo, os autores mais influentes, as obras mais citadas, as palavras chaves mais importantes, dentre outros. A partir das palavras-chaves é possível criar matrizes de coocorrência e, com isso, analisar como as palavras de cunho metodológicos se relacionam com palavras referentes aos modelos institucionais e comportamentais.

Para análise dos dados bibliométricos utilizarei os *softwares* CiteSpace e o pacote do *software* R Statistics chamado Bibliometrix.

4.6 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Em conjunto com as análises bibliométricas, será utilizado análise de conteúdo em uma amostra estratificada dos artigos obtidos através do *Web of Science*. Os artigos escolhidos foram baixados através do Portal de Periódicos CAPES/MEC. Fazer uma análise de conteúdo da população não seria racional, visto que a quantidade (2.332 artigos) é demasiada. A amostra retirada dessa população consiste em 317 artigos. Esta possui um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 5%. Contudo um dos artigos contidos nessa amostra estava em outra língua e o mesmo foi retirado, totalizando, assim, 316 artigos. Optei pela amostra estratificada pois a quantidade de citações não é distribuída de forma aleatória no corpus. A relação existente é a de que poucos artigos são largamente citados em quanto muitos artigos possuem poucas ou

nenhuma citação. A população para extrair a amostra não foram os 2.332 artigos que compõe o corpus das análises bibliométricas, mas sim, os 1778 artigos que foram publicados entre os anos de 2005 e 2018, afinal, como dito anteriormente estou interessado na produção mais recente dessa literatura. Dividi essa população em quatro estratos de agrupadas de acordo com a quantidade de citações de cada artigo como mostra a tabela 1 abaixo.

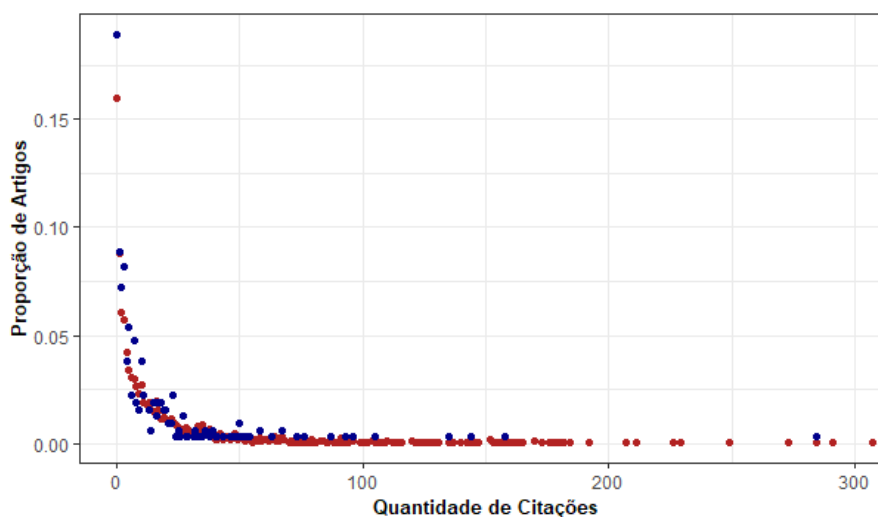
Tabela 1 – Amostra Estratificada

Extratos de Citações	População	Proporção	Amostra	Arredondado
0-5	937	52,7%	166,964	166
6-25	602	33,8%	107,2704	107
26-50	142	8,0%	25,30298	26
51+	98	5,5%	17,46262	18
SOMA	1778		316	316

Fonte: Elaboração do autor

O gráfico 1 mostra como a amostra (pontos azuis) se assemelha a população (pontos vermelhos) no que desrespeito a quantidade de citações. Depois que os artigos foram coletados, os “entrevistei” a partir do protocolo mostrado no quadro 2.

Gráfico 1 – Distribuição da População e da Amostra



Pontos vermelhos referem-se aos artigos da População enquanto os azuis representam a Amostra. Fonte: Elaboração do Autor

Quadro 2 – Protocolo de Pesquisa

1	Qual o Título do Artigo?
2	Quem são os Autores?
3	Qual modelo de explicação (Institucional ou Comportamental) foi utilizado?
4	Qual o Desenho de Pesquisa? (Observacional ou Experimental)
5	Quais as Técnicas de Análise?

Fonte: Elaboração do autor

Com essas perguntas é possível mapear as principais variáveis para a análise, quais sejam, os modelos, as técnicas e os desenhos utilizados pelos artigos. A principal forma de detectar qual modelo explicativo o artigo utiliza foi através da variável independente. Isto é, modelos institucionais explicam a variável dependente – *turnout* – a partir de categorias institucionais (o que constitui a variável independente do artigo).

Os comportamentais por sua vez, explicam o comparecimento através de variáveis comportamentais, isto é, a nível do indivíduo, os pesquisadores extraem categorias atitudinais, emocionais ou psicológicas. Será feito, também, uma análise de dicionário (COOPER; HEDGES; VALENTINE, 2009). Com *software* NVIVO 12, observarei as palavras mais frequentes, bem como, o comportamento de algumas palavras-chave expostas no quadro 3. Estas fazem referências aos desenhos de pesquisa e aos modelos institucional e comportamental. Espera-se, por exemplo, que ao buscar um dicionário referente a desenhos experimentais, as palavras que co-ocorram sejam ligadas ao modelo comportamental.

Quadro 3 – Dicionário

Comportamental	Behavior
	Psychology
	Emotion
	Public opinion
	Attitude
Institucional	Institution
	Incentives
	Compulsory voting
	Registration
	System
	Rule
	Law
Experimental	Experiment
	Field experiment
	Laboratory experiment
	Survey experiment
	List experiment
	Trial
	Natural experiment
	Quasi experiment
Metodológicos	Case study
	Effect
	Inference
	Mechanisms
	Method
	Models
	Randomization
	Rational choice
	Small-n

Fonte: Elaboração do autor

5 ANÁLISE EMPÍRICA

Nesta seção será apresentado os principais resultados obtidos através da metodologia proposta no capítulo anterior. A estrutura do capítulo será dividida em duas pois analiso dois níveis diferentes de dados. Na primeira parte mostrarei a análise bibliométrica. Deste modo, pretendo responder as hipóteses propostas a partir da população, isto é, dos 2.332 artigos analisando os títulos, os resumos e as referências citadas por todos eles. Nesse nível maior, vou mostrar como minhas duas primeiras hipóteses, quais sejam, a divisão de trabalho entre modelos institucionais e comportamentais; e a relação mais íntima de desenhos experimentais com explicações comportamentais do que com as institucionais. A segunda parte do capítulo apresentará os resultados obtidos por meio da análise de conteúdo. Esta seria feita no nível “micro” do artigo, isto é, o seu conteúdo. Como dito acima, para essa parte da análise utilizei uma amostra de 316 artigos. Pretendo mostrar se olhando para o conteúdo as afirmações feitas sobre a primeira e segunda hipótese ainda se sustentam e analisar, também, a terceira e quarta hipóteses. São elas: Quando o desenho experimental é empregado nos modelos institucionais, os pesquisadores vão recorrer a experimentos naturais ou de laboratório; e que os modelos institucionais estão associados a outros tipos de desenhos que levam em conta o contexto.

5.1 ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

A análise bibliométrica apresentada aqui contém um corpus de 2.332 artigos como mostra a tabela 2. Esses artigos foram publicados em 167 periódicos diferentes no período entre os anos de 1958-2018. A quantidade de autores que publicaram sobre o comparecimento eleitoral nesses anos foi de 2.574. As palavras-chave são outro componente importante da análise e totalizam 2.548 ocorrências.

Tabela 2 – Dados Descritivos da Análise Bibliométrica

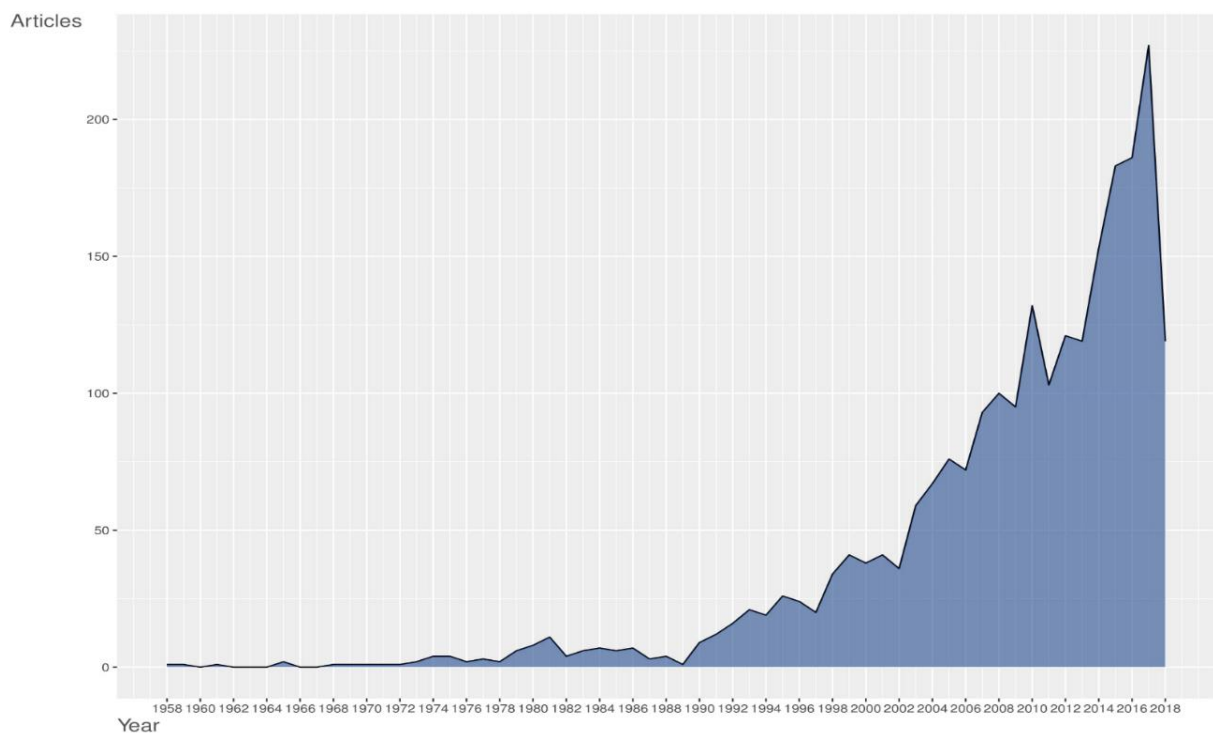
Categoria	Quantidade
Artigos	2332
Periódicos	167
Palavras-Chave	2548
Período	1958-2018
Autores	2574

Fonte: Elaboração do Autor

Esses dados iniciais mostram que a produção acadêmica na área do comparecimento eleitoral é bastante demandada e rica em termos de conteúdo, afinal, muita coisa já foi escrita sobre o tema. No entanto, essa quantidade de artigos não igualmente distribuídas entre os anos do

período analisado. O Gráfico 2 mostra que grande parte dos artigos foram, na verdade, publicados nos últimos 20 anos. Isso não quer dizer que apenas recentemente os pesquisadores foram se interessar pelo tema, mas que a produção acadêmica de modo geral evoluiu e continua evoluindo em uma escala exponencial. Ou seja, a quantidade de pesquisadores aumentou, a quantidade de periódicos aumentou e a quantidade de universidades também aumentou.

Gráfico 2 – Evolução da Quantidade de Artigos



Fonte: Elaboração do Autor

É interessante observar também em quais momento o volume de publicação aumenta no decorrer dos anos. Ainda no gráfico 2 é possível observar a consonância entre a produção da literatura do *turnout* e a história da Ciência Política. Primeiramente, essa literatura começa a ser produzida em 1958 por causa do livro “*Na Economic Theory of Democracy*” escrito por Downs e publicado em 1957. Nos anos em que as explicações comportamentais e da escolha racional estavam no auge, a literatura do comparecimento eleitoral se manteve estável e em um nível baixo de publicações (o que é explicado pelo tempo e não pelo desinteresse no tema). O nível de quantidade de artigos publicados aumenta quando o novo institucionalismo começa a permear as explicações na Ciência Política alegando que as instituições importam. Da década de 1990 para frente a publicação cresce em uma função exponencial.

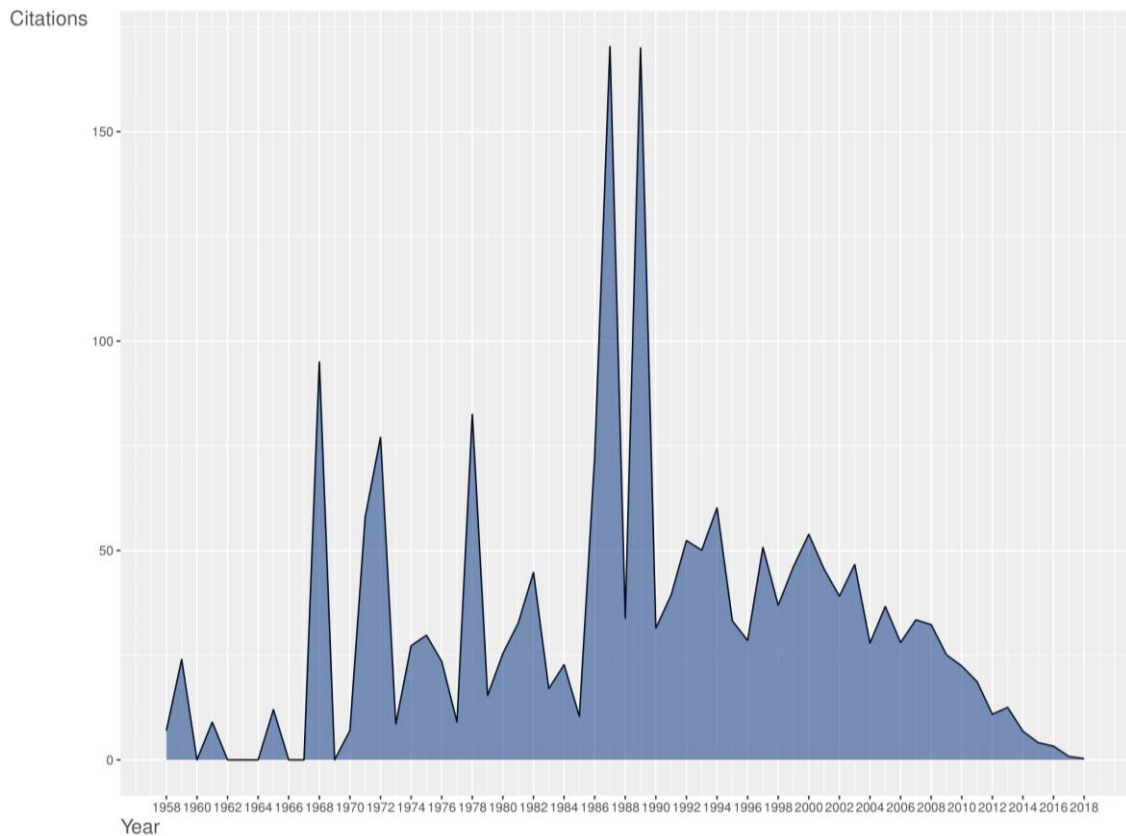
Vamos as evidências relacionadas a primeira hipótese. Esta sugere que modelos comportamentais e institucionais coexistem na literatura do comparecimento eleitoral. Rezende (2017) mostra que essa hipótese se sustenta quando olhamos para os principais periódicos da Ciência Política. Contudo, os periódicos publicam artigos sem discriminação de subárea. Ou seja, a explicação para a coexistência dessas explicações pode ser devido aos diferentes temas da CP, isto é, pode ser que algumas literaturas sejam melhor explicada por modelos comportamentais enquanto outras por modelos institucionais. Olhando para apenas um tema específico, além de mostrar que ambos os modelos coexistem, podemos mostrar eles podem explicar o mesmo fenômeno, isto é, o comparecimento eleitoral pode ser explicado tanto pela perspectiva institucional quanto comportamental. Analisando a literatura no capítulo dois já vimos que isso é possível, mas será que para o mesmo tema, um tipo de explicação chama mais atenção dos pesquisadores do que o outro?

Analisando os anos onde há picos de citações podemos mostrar que essa hipótese se sustenta. O gráfico 3 mostra a quantidade de citação por ano, isto é, em quais anos os principais artigos (mais citados) foram publicados¹⁶. Observa-se claramente três grandes picos de citação, o primeiro deles no período em que a escolha racional e o comportamentalismo eram as principais formas de explicação na CP. Os outros dois estão da década de 1980 quando os modelos institucionais ressurgem na disciplina. Em 1968 (primeiro pico) foi publicado o artigo escrito por Riker e Ordershook intitulado de “*A theory of the Calculus of Voting*” na APSR. Esse artigo discute sobre o paradoxo do voto proposto por Downs a luz das teorias da escolha racional. Os autores propõem uma nova variável no cálculo do eleitor que mais recentemente é abordado pelos modelos comportamentais com bastante frequência, qual seja, o dever como cidadão (*civic duty*). Esse artigo ser largamente citado mostra, de certa forma, que a literatura recorre a explicações racionais e comportamentais – que levam em consideração o nível do eleitor – com demasiada frequência. O segundo pico é no ano de 1987, ano este, que foi publicado o artigo “*Political Institutions and Voter Turnout in Industrial Democracies*” publicado por Jackman. Esse artigo já foi largamente discutido aqui, afinal, foi a obra que definiu a agenda das abordagens institucionais para explicar o comparecimento eleitoral (BLAIS 2006). Esses dois picos corroboram a hipótese 1 visto que um pico foi causado pela abordagem comportamental enquanto o outro por uma institucional. Ou seja, ambas perspectivas são largamente citadas. Contudo outro pico é observado – este com o mesmo impacto de Jackman (1987) – em 1989.

¹⁶ Esse gráfico representa as citações do corpus analisado que contém apenas artigos científicos publicados entre 1958 e 2018.

Neste ano Cox escreve o artigo “*Closeness, Expenditure, and Turnout in the 1982 U.S. House Election*”. A proposta dessa publicação é entender algumas características da relação encontrada entre competição eleitoral e *turnout*.

Gráfico 3 – Quantidade de Citações por Ano



Fonte: Elaboração do Autor

Mais especificamente, o autor quer saber quem é mobilizado pela competição – o eleitor individual movido pela sensação de que seu voto é decisivo em eleições competitivas, ou as elites (candidatos e financiadores de campanha) que utilizam mais campanhas de mobilização (*get out the vote*), o que por sua vez, tem um efeito no comparecimento eleitoral. Isso corrobora ainda mais a hipótese da divisão de trabalho entre modelos comportamentais e institucionais nessa literatura visto que os dois maiores picos de citações consistem em uma publicação institucional e outra comportamental.

Vamos analisar agora as vinte referências mais citadas pelo corpus analisado. O quadro 4 mostra quais publicações foram o alvo de citações pelos pesquisadores que estudam comparecimento eleitoral. O objetivo é mostrar o papel dos modelos comportamentais e

institucionais nas referências que foram mais citadas pelo corpus de artigo, por tanto, falar sobre o que se trata cada referência perderia o foco da análise.

Quadro 4 – Referências mais citadas

Posição	Primeiro Autor	Quantidade de Citações	Ano	Título da Publicação
1	Raymond Wolfinger	496	1980	Who Votes?
2	Anthony Downs	455	1957	An Economic Theory of Democracy
3	Steven Rosenstone	331	1993	Mobilization, Participation, and Democracy in America
4	Angus Campbell	292	1960	The American Voter
5	Sidney Verba	250	1995	Voice and Equality
6	William Riker	223	1968	American Political Science Review
7	Alan Gerber	203	2000	American Political Science Review
8	John Aldrich	195	1993	American Journal of Political Science
9	André Blais	186	2000	To Vote or Not to Vote
10	Mark Franklin	183	2004	Voter Turnout and the Dynamics of Electoral Competition in Established Democracies
11	Arend Lijphart	172	1997	American Political Science Review
12	Robert Jackman	161	1987	American Political Science Review
13	Sidney Verba	156	1972	Participation in America
14	G. Bingham Powell	145	1986	American Political Science Review
15	Gary Cox	140	1989	American Political Science Review
16	André Blais	129	1998	European Journal of Political Research
17	Alan Gerber	128	2008	American Political Science Review
18	André Blais	123	2006	Annual Review of Political Science
19	Harry Brady	113	1995	American Political Science Review
20	Benny Geys	111	2006	Electoral Studies

Fonte: Elaboração do Autor

A obra mais citada pela comunidade científica que estuda o comparecimento eleitoral foi o livro “*Who Votes?*” escrito por Wolfinger. O título do livro, qual seja, “quem vota?” já remete aos modelos comportamentais que tentam entender por que o eleitor vota. O objetivo principal é explicar a variação do comparecimento entre diferentes pessoas e a maior contribuição da obra foi mostrar que variáveis socioeconômicas tais como educação e idade são os fatores que mais impactam o *turnout*. Em suma, o livro mais explica a decisão de ir votar pela via comportamental. O mesmo vale para a segunda referência mais citada que já foi discutida anteriormente na dissertação, qual seja, “*An Economic Theory of Democracy*”, em que Downs, em um dos capítulos tenta entender qual o cálculo de custos e benefícios que o eleitor faz para

comparecer às urnas. A primeira referência a utilizar as instituições de forma contundente em suas explicações sobre a variação do *turnout* é André Blais no livro “*To Vote or Not to Vote*” que foi a nona obra mais citada. Apesar de seu objetivo principal no livro é discutir as controvérsias entre a teoria da escolha racional e os achados empíricos do comparecimento eleitoral, ele considera o tipo de eleição (se é nacional ou local e se é presidencialista ou legislativa) como fator chave para explicar a variação de eleitores nas urnas. Ademais, as seguintes obras publicadas por Franklyn, Lijphart e Jackman são todas institucionais.

Em suma, das 20 referências mais citadas na literatura do comparecimento eleitoral, 7 são institucionais e 13 são comportamentais. Ainda que as oito primeiras publicações remetam a perspectiva comportamental, não podemos menosprezar o papel do institucionalismo nessas teorias. Isso porque o volume total de referências citadas ultrapassa 40.000 obras, logo, considerando essa pletora de publicações, ocupar a nona ou décima posição significa uma fortíssima influência na literatura.

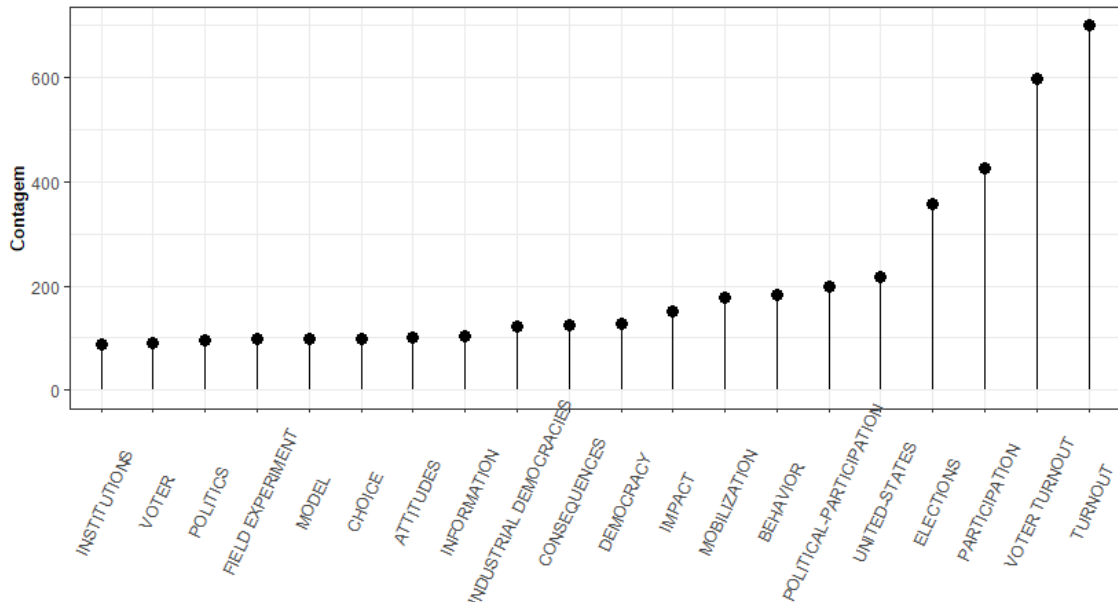
O próximo passo agora é analisar as palavras-chave mais recorrentes na literatura. As palavras-chave mostram os aspectos mais importantes que o artigo quer mostrar. Isto é, a sua escolha pode definir o assunto principal a ser discutido, quais métodos serão utilizados ou quais categorias serão usadas para explicar o fenômeno em questão. O gráfico 4 mostra as palavras-chave que mais aparecem nos artigos que compõem a literatura do comparecimento eleitoral.

Sem muita surpresa, as palavras que mais aparecem referem-se ao conteúdo da literatura analisada. A palavra “*turnout*” chega em aproximadamente 700 aparições, seguida de “*voter turnout*” que aparece cerca de 600 vezes. “*Turnout*”, “*Voter Turnout*”, “*Participation*” e “*Elections*” representa o fenômeno analisado pela literatura, qual seja, o comparecimento às eleições – que é a principal forma de participação em uma democracia. Logo em seguida, a presença dos Estados Unidos remete a grande massa de pesquisa que utilizam o caso americano para testar hipótese. Afinal, um dos fenômenos que movem os estudos de *turnout* é o paradoxo das eleições americanas, isto é, as características atitudinais da população americana deveriam levar a elevadas taxas de comparecimento, mas empiricamente, os EUA têm os menores índices de participação eleitoral. Jackman e Powell explicam esse fenômeno a partir da variação institucional.

Quanto as palavras que remetem diretamente aos modelos explicativos aqui analisados, quais sejam, “*institutions*” e “*behavior*”, ambas estão presentes nas 20 palavras-chaves mais recorrentes da literatura dentro de um total de 2.548 palavras. Mais uma vez, observa-se

claramente que a preocupação com o comportamento do eleitor e os arranjos institucionais são questões preponderantes para a análise do comparecimento eleitoral.

Gráfico 4 – Palavras-Chave mais citadas

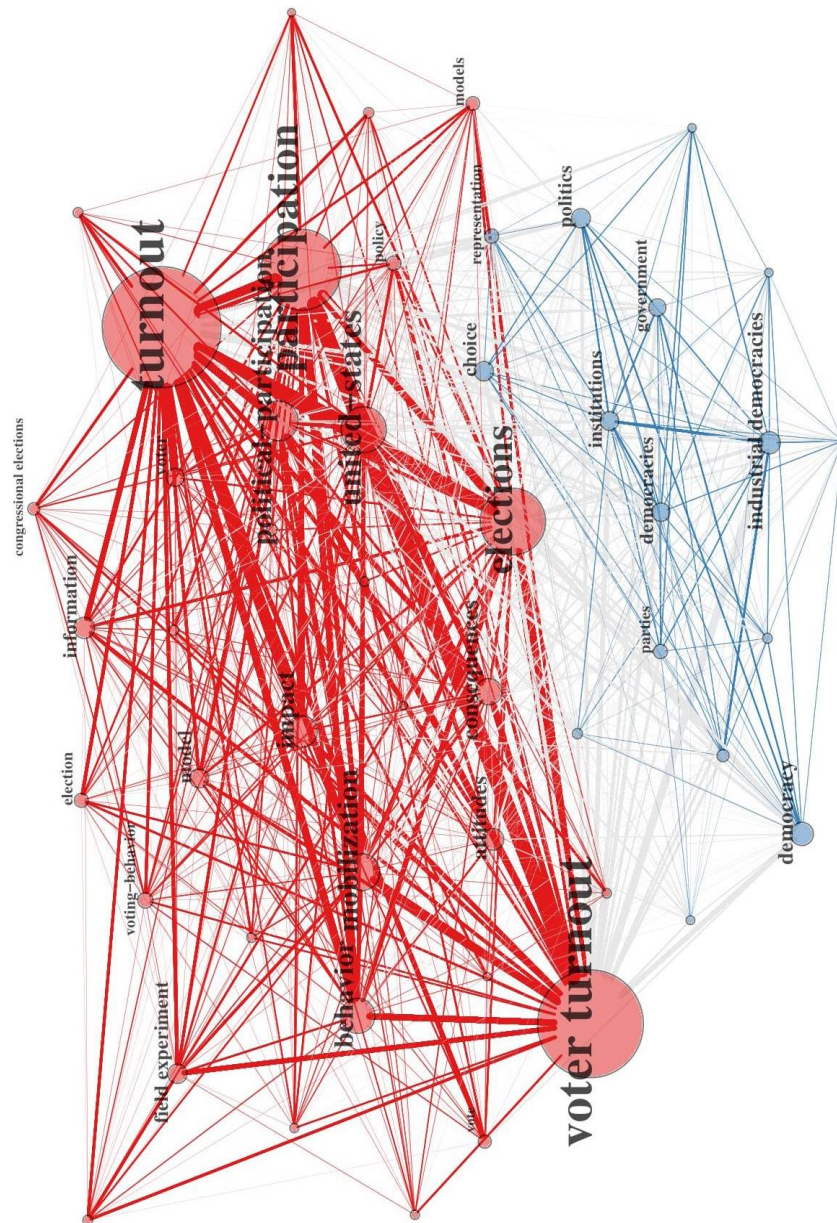


Fonte: Elaboração do Autor

Outras palavras que remetem às instituições, além de “*institution*”, é “*industrial democracies*” e “*democracy*”. Do outro lado, acompanhando a palavra “*behaviour*” observamos as palavras “*mobilization*” e “*attitudes*” que remetem aos modelos comportamentais. Outras aparições interessantes são as palavras metodológicas tais como “*impact*” e “*model*” o que remete a uma literatura direcionada a mensuração de impactos causais orientadas por modelos. A palavra-chave “*field experimente*” mostra a influência dos desenhos experimentais na literatura. Irei tratar sobre a relação entre teorias comportamentais e desenhos experimentais a seguir.

A hipótese 2 de que modelos comportamentais estão mais associados a desenhos experimentais do que os modelos institucionais, relaciona dois aspectos de uma explicação, quais sejam, um teórico e outro metodológico. Para poder observar se esse fenômeno acontece na literatura do comparecimento eleitoral, analisarei a coocorrência de palavras-chave, palavras nos títulos e palavras no resumo.

Figura 2 – Coocorrência de palavras-chave



Fonte: Elaboração do Autor

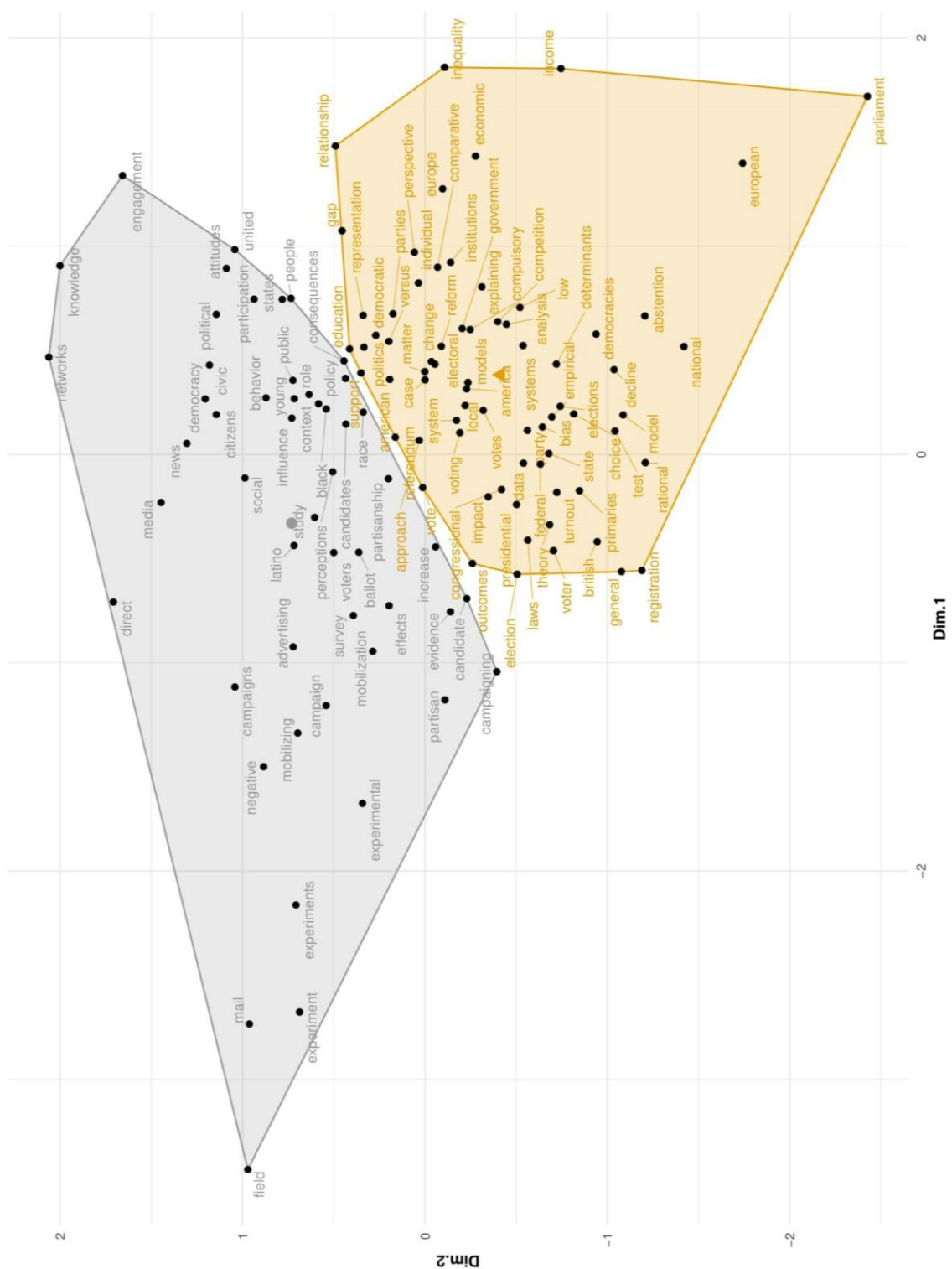
A figura 2 representa uma rede de coocorrência de palavras-chave. O tamanho dos círculos mostra a quantidade de vezes que elas são citadas e as ligações representam as palavras-chave que aparecem mutuamente no mesmo artigo. Foi identificado dois *clusters* representados pelas cores vermelho e azul. É interessante observar o que cada grupo significa. Pela análise das palavras-chaves observamos que existem dois mundos na explicação do *turnout*, um

institucional, representado pela cor azul, e outro comportamental, representado pela cor vermelha. As principais palavras presentes no *cluster* azul são “*democracy*”, “*industrial democracies*”, “*institutions*” e “*government*” e todas elas representam a abordagem institucional da literatura. Do outro lado da rede, em vermelho, observamos as palavras que representam o fenômeno tratado pela literatura – o *turnout* – porém, as palavras “*behavior*”, “*voting-behavior*”, “*attitudes*” e “*mobilization*” aparecem neste lado da rede. Mais uma vez a hipótese 1 é corroborada pela análise bibliométrica o que, por sua vez, corrobora com os achados de REZENDE (2017) sobre a coexistências desses modelos na Ciência Política.

A questão a ser discutida agora é a relação entre desenhos experimentais e modelos comportamentais. A hipótese 2 também é corroborada pela figura 2. A palavra-chave “*field experiment*” que representa, no mapa, os desenhos experimentais (neste caso o experimento de campo) está presente no *cluster* vermelho o que, por sua vez, demonstra que experimentos estão mais associados ao comportamentalismo do que ao institucionalismo nessa literatura. Como o grupo vermelho contém majoritariamente palavras que se referem ao conteúdo da literatura, vale observar mais de perto as ligações da palavra-chave “*field experiment*”. A grossura da linha representa a força de associação entre as palavras. Claramente, sua ligação com as palavras “*turnout*” e “*voter turnout*” são as mais fortes. Isso é esperado pois os experimentos, em última instância, são usados para estimar o efeito de alguma variável independente (o tratamento) no comparecimento eleitoral. Contudo, a terceira e quarta linhas mais fortes conectam “*field experiment*” com “*mobilization*” e “*behavior*”. Ambas as palavras remetem a literatura comportamental do comparecimento eleitoral. A conexão entre experimentos de campo e mobilização eleitoral é explicado pelo livro “*Get Out The Vote: How to Increase Voter Turnout*” escritos por Green e Gerber. No livro, dezenas de experimentos de campo são aplicados (e ensinados a fazer) para mensurar o efeito de diversas técnicas de mobilização do comparecimento eleitoral. Já a conexão entre “*behavior*” e “*field experiment*” é a melhor relação para corroborar a hipótese 2.

Irei observar agora a coocorrência de palavras nos títulos das publicações contidas no corpus aqui analisado. A figura 3 representa essa dimensão da análise. A técnica de análise de componente múltipla (ACM) foi utilizada para detectar a estrutura geral dos títulos dos artigos. Por conter muitas palavras diferentes – o que caracteriza múltiplas dimensões – a técnica ACM reduziu a estrutura em apenas duas dimensões.

Figura 3 – Mapa estrutural de palavras nos títulos



Fonte: Elaboração do Autor

Mais uma vez observamos dois *clusters*, que apesar de mais difusos, ainda podemos encontrar uma distinção entre modelos comportamentais e institucionais ocupando grupos diferentes. O grupo amarelo contém em abundância palavras que remetem às instituições, tais como,

“*parliament*”, “*state*”, “*system*”, “*registration*”, “*law*” e a própria palavra “*institution*” por exemplo. Por sua vez, o *cluster* cinza contém palavras como “*network*”, “*knowledge*”, “*attitudes*”, “*media*”, e “*behavior*” que representam explicações comportamentais. Novamente observamos, também, a presença de palavras que remetem aos desenhos experimentais no grupo comportamental. As palavras “*field*” e três variações da palavra *experimento* aparecem no extremo esquerdo da dimensão 1 do mapa.

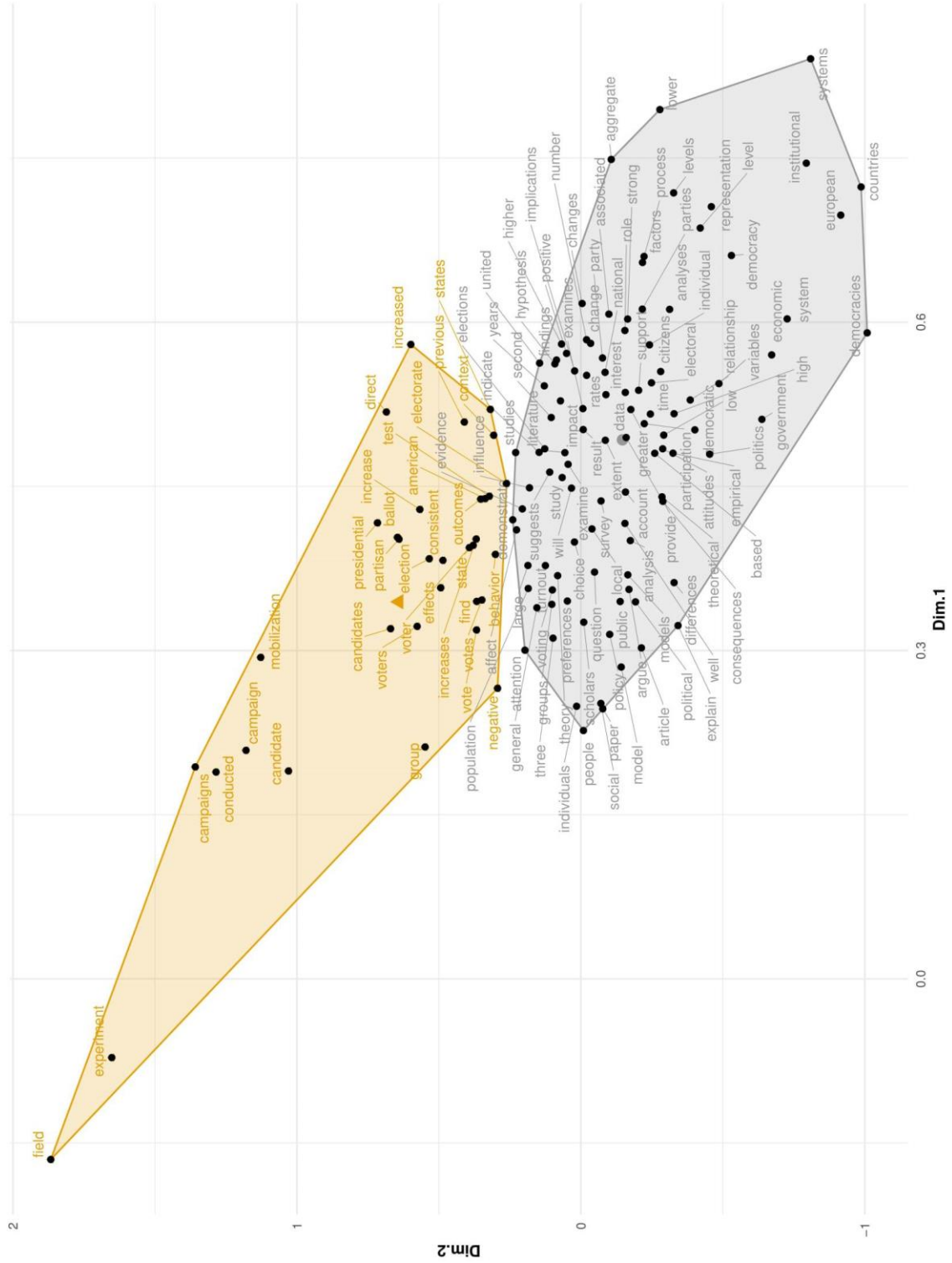
Podemos considerar a dimensão 2 como o nível de comportamentalismo e institucionalismo das palavras. Quanto maior o valor dessa dimensão, mais comportamental. Isso porque as palavras que obtiveram o maior grau dessa dimensão foram “*network*”, “*knowledge*” e “*engagement*” que são palavras estritamente comportamentais – apesar de a palavra “*direct*” também conter um alto nível dessa dimensão e provavelmente representa democracia direta, que é uma instituição – e no outro extremo as palavras “*parliament*” e “*european*” são exclusivamente institucionais. Desta maneira, o valor encontrado para as palavras que representam a abordagem experimental dessa dimensão estão acima de 0, o que apresenta uma relação mais íntima com os modelos comportamentais.

Finalmente, observemos a figura 4 que representa o mapa estrutural das palavras que coocorrem nos resumos dos artigos. As dimensões são ainda mais complexas, mas através da técnica ACM conseguimos reduzi-la em duas dimensões.

Dois *clusters* foram expostos, porém, desta vez não é tão claro a distinção deles. Observa-se um centro eclético que permeia ambos os grupos cinza e amarelo. Isto é, palavras institucionais e comportamentais aparecem em ambos os lados do mapa. Deste modo fica difícil inferir sobre a relação entre a perspectiva comportamental e os desenhos experimentais. Entretanto, podemos observar a distância exagerada entre o extremo superior do *cluster* amarelo e o extremo inferior do cinza. Obtendo os maiores valores da dimensão 2 e menores da dimensão 1 estão os experimentos de campo representados pelas palavras “*field*” e “*experiment*”. No lado oposto, obtendo os menores valores da segunda dimensão e os maiores da primeira estão palavras claramente institucionais representadas pelas palavras “*systems*”, “*countries*” e “*institutions*”. Essa relação de oposição corrobora a hipótese 2 desta dissertação.

A análise bibliométrica mostrou-se muito frutífera para observar as relações existentes entre os modelos institucionais, comportamentais e os desenhos experimentais na literatura do comparecimento eleitoral. Agora analisaremos mais de perto no que de fato está sendo publicado nessa literatura a partir da análise de conteúdo.

Figura 4 – Mapa estrutural de palavras nos resumos



Fonte: Elaboração do Autor

5.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Nesta subseção serão apresentados os resultados referentes a análise do conteúdo dos textos. Diferente da abordagem bibliométrica que examina as grandes informações do artigo – título, resumo, palavras-chave e referências citadas – de forma agregada para inferir sobre a produção geral da disciplina, a análise de conteúdo nos permite olhar para dentro do artigo. Olhar o conteúdo do artigo vai ser vir de complemento para os achados anteriores pois poderemos observar se os achados se mantêm quando olhamos o artigo “mais de perto” – de forma mais cuidadosa. Logo, pretendo comparar os resultados achados para corroborar as hipóteses 1 e 2 e examinar as hipóteses 3 e 4.

Como dito anteriormente, para a análise de conteúdo, não utilizei a população de 2.332 artigos, mas sim, uma amostra estratificada por quantidade de citações dos artigos publicados entre 2005 e 2018. Esse processo resultou em um total de 316 artigos que foram analisados de duas maneiras. Através da pesquisa de um dicionário específico apresentado no quadro 3 e de um protocolo de classificação manual dos artigos apresentados no quadro 2.

A tabela 3 mostra a quantidade de modelos institucionais e comportamentais na amostra. Observa-se que a proporção de artigos identificados como comportamentais é bem maior do que as institucionais. Isso explica, em parte, porque a palavra-chave instituição sempre aparece em menor quantidade do que “*behavior*”. Verificamos esse padrão no gráfico 4, em que a palavra “*behavior*” aparece na sétima posição com o dobro de quantidade de citações quando comparado a palavra “*institution*” que ocupa a vigésima posição no *rank*. Já na figura 2 o *cluster* que representa a perspectiva institucional (representado pela cor azul) é menor que o *cluster* vermelho.

Em suma, 29,7% dos artigos são institucionais enquanto 58,2% são comportamentais. Apesar da observada preponderância da abordagem comportamental sobre a institucional, não podemos negar que o institucionalismo tem seu papel na literatura do comparecimento eleitoral. Os 38 artigos classificados como “outros” representa 12% da distribuição e são artigos que não utilizam nem categorias institucionais, nem comportamentais explicar o *turnout*.

Tabela 3 – Artigos por Modelo

Modelo	Quantidade
Institucional	94
Comportamental	184
Outros	38

Fonte: Elaboração do Autor

Em suma, 29,7% dos artigos são institucionais enquanto 58,2% são comportamentais. Apesar da observada preponderância da abordagem comportamental sobre a institucional, não podemos negar que o institucionalismo tem seu papel na literatura do comparecimento eleitoral. Os 38 artigos classificados como “outros” representa 12% da distribuição e são artigos que não utilizam nem categorias institucionais, nem comportamentais explicar o *turnout*.

A tabela 4 contém a proporção dos desenhos de pesquisa na literatura. Verifica-se uma desproporcionalidade grande do modo como os pesquisadores respondem à pergunta do comparecimento. Dos 316 artigos analisados, apenas 13% utilizam a abordagem experimental. Enquanto isso, 76,3% se valem de desenhos observacionais para fazer inferência. Já era esperado um desequilíbrio visto que a pesquisa experimental enfrente diversas dificuldades para serem realizadas, incluindo nessas dificuldades, o preço de se aplicar uma abordagem experimental. Já os desenhos observacionais utilizam, na maioria das vezes, bancos de dados já existentes e se valem da estatística para alcançar conhecimento inferencial.

Tabela 4 – Artigos por Desenho

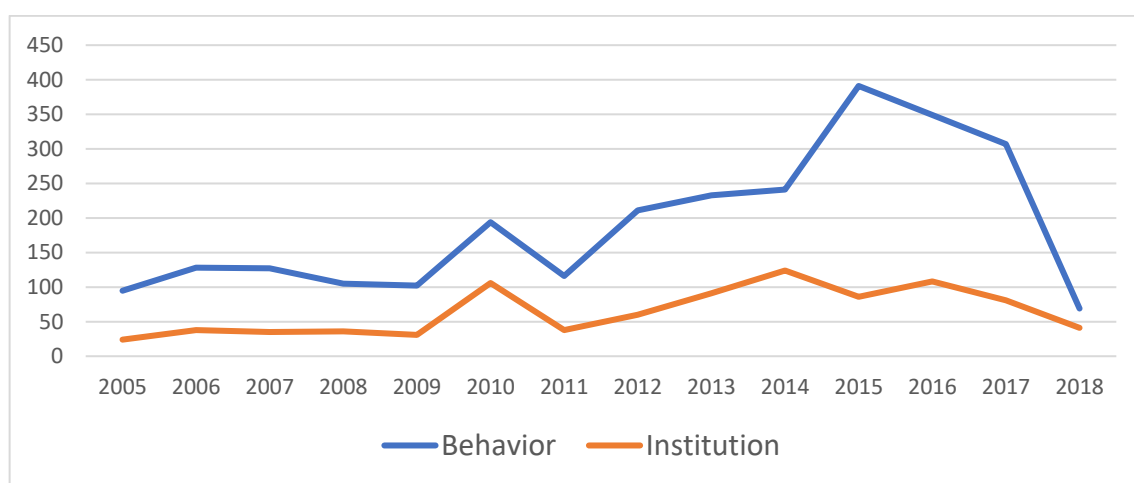
Desenho	Quantidade
Observacional	241
Experimental	41
Metodológico	4
Revisão da Literatura	6
Modelo Formal	13
Outros	11

Fonte: Elaboração do Autor

Os restantes 10,8% estão divididas entre artigos metodológicos, de revisão da literatura, que utilizam puramente modelos formais e outros. Este último são outras abordagens metodológicas que analisam mecanismos e conceitos chaves da disciplina de forma mais normativa.

Para examinar a hipótese 1 na abordagem de análise de conteúdo, utilizarei um dicionário específico como mostrado no quadro 3. No gráfico 5 podemos observar a quantidade de vezes que as palavras “instituições” e “comportamento” foram citadas durante os 14 anos analisados (2005-2018). Como esperado, a palavra “*behaviour*” aparece mais vezes em todos os anos do que a palavra “*institutions*”. Porém as instituições, ainda sim, se fazem presente em todos os anos analisados. A queda observada em 2018 refere-se à quantidade de artigos analisados nesse ano. De fato, o maior volume de artigos encontra-se entre os anos de 2012 a 2017.

Gráfico 5 – Evolução das palavras “institution” e “behavior”



Fonte: Elaboração do Autor

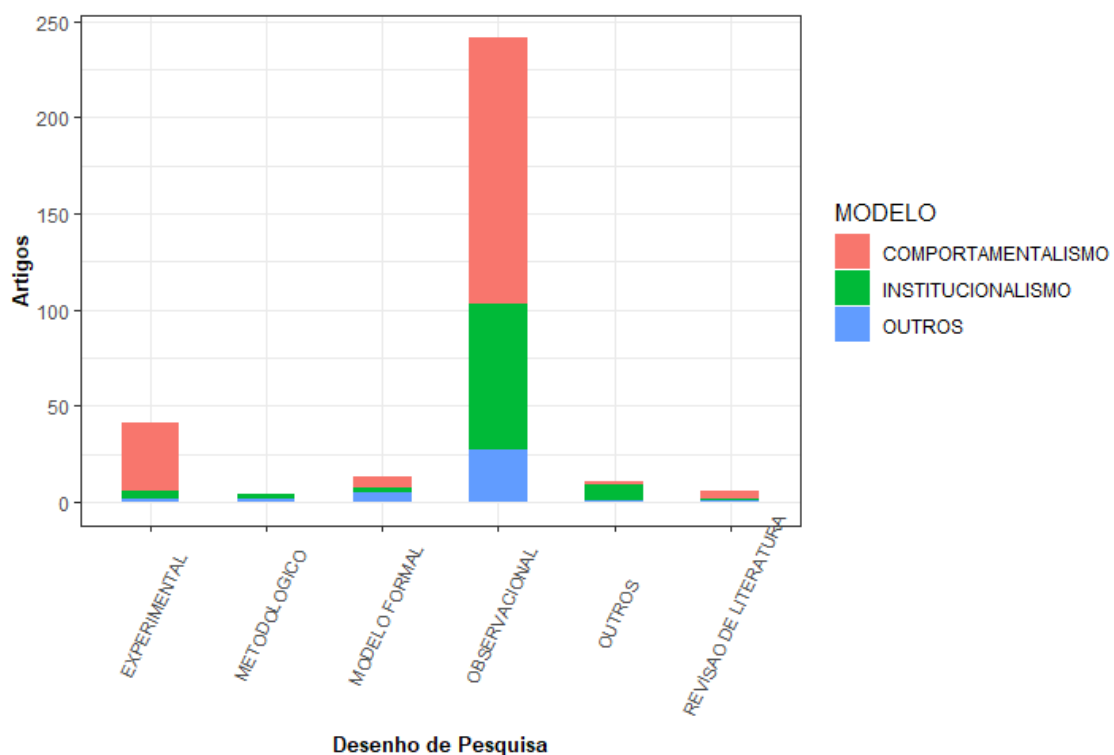
O gráfico 5 sugere que faz sentido esperar uma relação proposta pela hipótese 1, visto que, as duas abordagens estão presentes em todos os anos, porém deixa dúvidas do tamanho do papel das instituições na explicação do comparecimento. A palavra “*behavior*”, na maioria dos anos apresenta o dobro de citações das observadas por “*institution*” e nos anos onde o volume de publicação é maior, ela chega a apresentar um tamanho quatro vezes maior.

Sabemos que a palavra “instituição” e “comportamento” por si só não representam por completa as duas abordagens analisadas. Então, vamos explorar, sem a utilização de um dicionário a frequência das palavras citadas em todos os 316 artigos.

A figura 5 nos mostra as palavras que mais aparecem na amostra dos 316 artigos. A intensidade da palavra varia de acordo com seu tamanho. Observa-se que as principais palavras se referem ao conteúdo da literatura do comparecimento eleitoral. Isto é, política, eleições, votar e eleitor são conceitos que representam o fenômeno estudado, qual seja, o comparecimento eleitoral.

via experimental. Para examinar essa possível relação corroborada pelos análise bibliométrica, primeiramente vamos ver a distribuição dos desenhos de pesquisa sobre os modelos de explicação. O gráfico 6 apresenta tal relação. Como visto na tabela na tabela 4, a diferença de quantidade de artigos entre os desenhos observacionais e os demais é grande. Deve-se levar em conta também que a proporção de artigos institucionais e comportamentais é desequilibrada, visto que existem, praticamente, o dobro de publicações comportamentais quando comparado as institucionais. A hipótese 2 sugere uma íntima relação entre as os desenhos experimentais e a abordagem *behavioral*. Olhando apenas para aos modelos comportamentais, observamos que a maioria deles se valem de desenhos observacionais e não experimentais.

Gráfico 6 – Distribuição dos Desenhos de Pesquisa por Modelos



Fonte: Elaboração do Autor

Contudo, como dito acima, essa relação já é esperada pois os custos de analisar um fenômeno experimentalmente é muito maior do que os analisar observacionalmente. Então vamos a parcela experimental da nossa amostra de 316 artigos. Fica claro, que a grande maioria dos artigos experimentais se valem de explicações comportamentais. Mesmo se considerarmos a proporção de publicações comportamentais, a relação entre essas duas perspectivas se mantém. Dos 41 artigos que utilizam desenhos experimentais, 35 são comportamentais, representando 85,4% do total. Esse dado corrobora a hipótese 2. Podemos também falar sobre a hipótese 4,

qual seja, modelos institucionais, quando experimentais, estariam mais associados a experimentos de laboratório. Dos 41 artigos experimentais, apenas 4 eram experimentais e desses 4 nenhum foi experimento de laboratório. Contudo, os experimentos naturais ocupam 3 dessas 4 publicações. Isso mostra que é muito difícil para o pesquisador manipular as instituições, mesmo que no dentro de um laboratório. Porém, quando a natureza, aleatoriamente, muda as condições em que as instituições estão inseridas, ou mesmo, mudam as próprias instituições, os pesquisadores podem acessar o efeito causal delas com maior grau de validade.

O gráfico 6, remete, também, a hipótese 4, que versa sobre a relação entre modelos institucionais e outros meios de análises que levam em conta os mecanismos e o contexto. De fato, na categoria “outros” no eixo x do gráfico, há uma maioria das abordagens institucionais. Dos 11 artigos classificados nessa categoria, 8 são institucionais. Quais são essas outras abordagens? Em sua maioria são perspectivas normativas. Mais especificamente, a maioria dos 8 artigos estão interessados em discutir se a instituição do voto compulsório é democrática ou não. Outros desenhos que aparecem são estudos de caso (2), modelo de principal-agente (1) e contrafactuais (1). Isso corrobora a hipótese 4 e é uma relação importante para a teoria do pluralismo inferencial, visto que a dificuldade de se utilizar desenhos robustos que buscam o efeito das causas (como os experimentos) nos modelos institucionais não é necessário, mas não suficiente para explicar o pluralismo inferencial. Para tanto, outros meios de se fazer inferência precisam estar associados às perspectivas institucionais, e essa relação é encontrada na literatura do comparecimento eleitoral.

O gráfico 6 ainda mostra que os estudos observacionais são preponderantes na distribuição. Contudo, as análises descritivas também foram codificadas como observacional. Supondo que os modelos institucionais enfrentam dificuldade considerável em realizar inferência causal (PRZEWORSKI 2004 ; 2005), podemos supor que inferências descritivas estariam mais associadas a abordagem institucional. Isso está de acordo com a hipótese 4 do trabalho. Dos 241 artigos que utilizam desenhos observacionais, 16 deles são descritivos. Nove desses artigos são institucionais – mais da metade. Somado a isto, o único artigo que utiliza análise de texto, também é institucional. Então, podemos dizer que nessa literatura, a propensão de um artigo institucional utilizar inferência descritiva acessando a causa dos efeitos é maior do que um artigo comportamental. Isso contribui para a corroboração da hipótese 4.

Voltando a análise de dicionário, a tabela 5 mostra a distribuição da frequência de algumas palavras por modelos na literatura. As palavras em questões representam desenhos de pesquisas distintos.

Tabela 5 – Dicionário por Modelos

TERMOS	Institucional	Comportamental	Proporção
Experimento	306	1934	6,3
Experimento de Campo	13	125	9,6
Experimento de Laboratório	0	13	13,0
Experimento de Lista	1	107	107,0
Experimento Natural	45	33	-1,4
Experimento de <i>Survey</i>	4	14	3,5
<i>Trial</i>	71	157	2,2
Diferenças em Diferenças	12	24	2,0
Variáveis Instrumentais	9	41	4,6
Pareamento	61	280	4,6
Quase-Experimentos	1	3	3,0
Regressão Descontínua	39	24	-1,6
Controle Sintético	42	0	-42,0
Mecanismos	150	303	2,0
Estudos de Caso	32	44	1,4
Variáveis Omitidas	56	79	1,4
<i>Small-n</i>	2	1	-2

Fonte: Elaboração do Autor

A primeira parte da tabela, que contém palavras-chaves representativas de desenhos experimentais, quais sejam, os experimentos, de campo, de laboratório, de lista, natural e de *survey*. Em todos eles observa-se uma alta proporção de modelos comportamentais exceto por experimentos naturais. Essa relação corrobora a hipótese 3, no entanto, a expectativa de achar experimentos de laboratório nessa literatura foi rejeitada, visto que, de todos os tipos de experimentos, este foi o único que não apresentou nenhuma citação na literatura institucional. Vale lembrar que a quantidade de artigos comportamentais é duas vezes maior que as institucionais, logo não podemos considerar os valores brutos da tabela, mas sim as proporções. No entanto, mesmo contento menos artigos do que a perspectiva comportamental, os experimentos naturais mostraram-se 1,4 vezes maior nas nesses artigos. Nos demais tipos de experimentos, a presença das palavras-chave experimentais é muito mais frequente nos modelos comportamentais – corroborando, assim, a hipótese 2.

Quando olhamos para os quase-experimentos, quais sejam, diferenças em diferenças, variáveis instrumentais, pareamento, regressão descontínua e controle sintético, a distribuição é mais homogênea. Quando levamos em conta a diferença proporcional de artigos, apenas as variáveis instrumentais e o pareamento são mais recorrentes nos modelos comportamentais, enquanto, a regressão descontínua e, principalmente, o controle sintético são mais requisitados pelos modelos institucionais. Observa-se, também, um empate em relação ao desenho de diferenças em diferenças.

As palavras referentes a lógica qualitativa de se fazer inferência e que buscam a causa dos efeitos também se comportam de forma homogênea, porém com um leve viés para a abordagem institucional, o que vai de acordo com a hipótese 4. Levando em consideração a desproporcionalidade dos artigos, observamos um empate em relação a palavra “mecanismo”. Porém, as palavras “estudos de caso”, “variáveis omitidas” e, principalmente “*small-n*” são mais frequentes na abordagem institucional.

Voltando a relação dos experimentos com os modelos explicativos, a figura 6 nos mostra com que palavras o termo experimento coocorre. A figura deixa ainda mais evidente a fraca relação entre os desenhos experimentais e a perspectiva institucional. Com exceção da palavra “*party*” que tem um significado dúbio – isto é, pode ser considerada tanto com institucional quanto como comportamental – não se encontra nenhuma palavra que remete às explicações experimentais. No entanto, corroborando a hipótese 2, podemos achar algumas palavras que remetem ao comportamentalismo, tais como, “*individual*”, “*campaign*”, “*mobilizing*” e “*survey*”. As demais palavras remetem ao conteúdo da literatura e palavras metodológicas que, obviamente, correlacionam-se com o termo “experimento”.

Observamos claramente as palavras institucionais de interesse, quais sejam, “*systems*” e “*laws*”. Os artigos institucionais explicam variações de leis relacionadas ao *voting systems* (instituições que dizem como o processo eleitoral será feito, isto é, o tipo de voto). Na nuvem observamos a palavra “*mail*”, e, de fato, o interesse dessa literatura é observar o efeito do voto por e-mail no *turnout* e seus efeitos secundários, como por exemplo, qual partido é beneficiado por esse sistema.

Por último pretendo mostrar uma matriz de correlação de algumas palavras chaves selecionadas. As palavras são: “mecanismos”, “sistema”, “endogeneidade”, “survey”, “instituições”, “experimentos”, “estudo de caso”, “método”, “qualitativo”, “regressão”, “escolha racional”, “emoção”, “inferência” e “comportamento”. A matriz de correlação se vale da similaridade de palavras codificadas, isto é, cada palavra dessa foi codificada junto com seu contexto – isto é, as palavras próximas a ela – e a correlação demonstra similaridades entre o contexto em que a palavra ocorre. A tabela 6 mostra essa matriz.

Tabela 6 – Matriz de Correlação

	Mecanismos	Sistema	Endogeneidade	Survey	Instituições	Experimento	Estudo de Caso	Método	Qualitativo	Regressão	Escolha Racional	Emoção	Inferência	Comportamento
Mecanismos	1													
Sistema	0,8	1												
Endogeneidade	0,7	0,7	1											
Survey	0,7	0,6	0,6	1										
Instituições	0,8	0,8	0,6	0,6	1									
Experimento	0,8	0,6	0,7	0,7	0,6	1								
Estudo de Caso	0,8	0,8	0,7	0,7	0,7	0,7	1							
Método	0,7	0,7	0,6	0,7	0,5	0,7	0,7	1						
Qualitativo	0,7	0,7	0,6	0,6	0,6	0,6	0,7	0,6	1					
Regressão	0,6	0,5	0,7	0,6	0,5	0,6	0,6	0,6	0,5	1				
Escolha Racional	0,6	0,5	0,6	0,5	0,5	0,5	0,6	0,5	0,4	0,4	1			
Emoção	0,6	0,5	0,4	0,4	0,6	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4	0,5	1		
Inferência	0,6	0,5	0,6	0,6	0,5	0,6	0,6	0,6	0,5	0,6	0,4	0,4	1	
Comportamento	0,7	0,8	0,6	0,6	0,7	0,6	0,7	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5	0,5	1

A métrica mostrada nas células é a correlação de Pearson. Fonte: Elaboração do Autor

Corroborando a hipótese 4 de que a perspectiva institucional está mais associada a desenhos que levam em consideração o contexto e mecanismos do que a comportamental, observamos uma forte correlação entre as palavras “sistema”, “instituições”, “mecanismos” e “estudos de caso”. Ou seja, as abordagens institucionais estão associadas a estudos de caso, o que por sua vez, é um dos melhores desenhos para identificar mecanismos (GERRING 2006). Logo, podemos dizer que o contexto importa para essa abordagem teórica. Outra relação forte é entre experimentos e mecanismos que, de fato, o que mostra até mesmo as abordagens experimentais precisam mostrar e provar o caminho que torna possível a relação de causação entre duas variáveis. Ou seja, ainda que um experimento possua alto grau de validade interna, o desenho precisa estar “amarrado” pelos mecanismos (COLEMAN 1990).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação teve como objetivo tratar sobre uma das dimensões que caracterizam o pluralismo inferencial (REZENDE 2015 ; 2017). Esta versa sobre as diversas formas válidas de se obter conhecimento inferencial na Ciência Política. Aliado a ideia de que existem duas grandes culturas no que diz respeito aos desenhos de pesquisas disponíveis: o efeito das causas e; a causa dos efeitos (GOERTZ ; MAHONEY 2012), Rezende propõe que o mecanismo que torna a existência delas possível é a divisão de trabalho entre os modelos comportamentais e institucionais na Ciência Política.

De fato, ao analisar a história da disciplina, as instituições sempre foram um problema central. Desde o seu nascimento, se dizia que a grande diferença entre a CP e as demais ciências sociais é o objeto estudado por ela, qual seja, as instituições. No início da formação da disciplina, porém, os estudos causais eram escassos, e o que definia as publicações eram análises descritivas e normativas das instituições políticas. Então, associado a uma crítica a faltar de cientificidade dos modelos vigentes, uma onda “comportamental” tentou trazer a Ciência Política para perto das ciências naturais no que diz respeito a metodologia aplicada. As instituições foram intensamente criticadas devido à dificuldade de acessar causalção quando elas incorporam o modelo (PRZEWORSKI 2004). O comportamentalismo e as teorias da escolha racional colocaram as instituições de lado e trouxeram o nível de análise para o meio micro, ou seja, do indivíduo. Com isso, os avanços metodológicos foram incomensuráveis. A CP aproximou-se da estatística e da psicologia que, por sua vez, contribuíram com avanços nas técnicas de *surveys*, de banco de dados, de inferência estatística e de experimentos. No entanto, na década de 1980 um conjunto de pesquisadores se perguntaram se sobre a importância das instituições no comportamento político.

O novo institucionalismo – que ganha o nome de novo por se diferenciar da perspectiva anterior de apenas descrever as instituições, foi visto com entusiasmo pela comunidade acadêmica da Ciência Política e causou uma onda de publicações de artigos e livros que tentam responder a seguinte pergunta: *do institutions matter?*¹⁷ Diferente da antiga versão do institucionalismo, os pesquisadores aproveitaram os avanços metodológicos e os incorporaram nos modelos institucionais. Contudo, apesar do aumento nas publicações que explicam fenômenos sociais a partir de instituições políticas, a perspectiva comportamental não reduziu. E é esse fenômeno que permite que diversos meios de se alcançar o conhecimento inferencial possam coexistir na

¹⁷ Em português: as instituições importam?

CP. As instituições são endógenas e necessitam incorporar a história e o contexto em seus modelos, enquanto os modelos comportamentais são dirigidos por perguntas mais identificáveis e passíveis de aplicação de métodos mais robustos como os experimentos e quase-experimentos.

Para observar se esse mecanismo é factível, analisei o caso da literatura do comparecimento eleitoral. A escolha desse caso foi baseada no fato de que os dois modelos de explicações estão presentes na literatura e assumem formas distintas. Isto é, os modelos comportamentais respondem à pergunta do por que o eleitor vota, enquanto a perspectiva institucional versa sobre a diferença do *turnout* entre os países. A pesquisa foi guiada por quatro hipóteses. A primeira sobre a coexistência dos modelos institucionais e comportamentais na literatura analisada. A segunda sobre a forte relação entre os modelos comportamentais e os desenhos experimentais. A terceira sobre uma possível conexão entre experimentos naturais e de laboratório e os modelos institucionais. E, por último, a conexão entre modelos institucionais e outros tipos de desenhos que levam em conta o contexto, isto é, que acessam a causa dos efeitos.

A análise foi feita em dois níveis. Primeiramente corroborei as duas primeiras hipóteses através da análise bibliométrica de um corpus que contém 2.332 artigos. Depois, através de uma análise de conteúdo aplicada em uma amostra estratificada de 316 artigos, revisei as duas primeiras hipóteses e respondi as outras duas.

Para mostrar que os dois modelos explicativos coexistência na Ciência Política, primeiramente analisei a quantidade de citações por ano dentro dos artigos que compõem a literatura do comparecimento eleitoral. Foram observados dois grandes picos principais, um em 1987 e em 1989. Nesses anos houve publicações que elevou consideravelmente os níveis de citações. Em 1987, Jackman publicou o artigo que definiu a agenda das abordagens institucionais (BLAIS 2006). Em 1989 outro artigo é publicado, mas dessa vez por Cox que tenta entender como a competição afeta diferentes tipos de indivíduos. Constata-se então que ambas as perspectivas institucionais e comportamentais são largamente citadas.

Depois mostrei as 20 obras mais citadas pela literatura do comparecimento eleitoral. Mais uma vez, a hipótese 1 foi corroborado visto que sete obras das vinte são institucionais, enquanto o restante é comportamental. Apesar de, aparentemente haver um desequilíbrio entre os modelos, estamos falando das vinte obras dentro de um universo de mais de 40.000 publicações. Logo,

conter sete dentro das vinte publicações mais citadas demonstra um papel ativo da literatura institucional.

A hipótese 1 foi novamente corroborada quando observamos as vinte palavras-chave mais citadas. Ambas as palavras “*behavior*” e “*institutions*” estão contidas nas palavras mais citadas pela literatura.

Para responder a hipótese 2, foi preciso relacionar as palavras-chave e observar se palavras comportamentais estariam mais associadas a palavras experimentais do que as institucionais. A figura 2 representa uma rede de coocorrência de palavras, através da identificação de dois *clusters*, um institucional e outro comportamental, observamos que palavras que representam os desenhos experimentais estavam dentro do grupo comportamental, o que corrobora com a expectativa trazida pela hipótese 2. Depois disso, foram analisadas a coocorrência de palavras contidas nos títulos e nos resumos da publicação. A partir de dois mapas estruturais (figuras 3 e 4), observamos a separação dos dois mundos, isto é, o comportamental e o institucional, e mais uma vez vimos a distância dos desenhos experimentais em relação aos modelos institucionais.

Com a análise de conteúdo, foi extraída uma amostra estratificada do corpus com 316 artigos publicados entre 2005 e 2018. Dessa amostra identificou-se 29,7% de artigos institucionais e 58,2% comportamentais. Isso sugere que exista, na literatura contemporânea, um apelo maior por teorias que levam em conta o comportamento do indivíduo. Contudo, ainda que em menor grau, vimos que as duas perspectivas coexistem. Mesmo com a nuvem das 30 palavras mais citadas dos 316 artigos (figura 5), observamos a preponderância das teorias comportamentais sobre as institucionais. Não podemos dizer que os modelos institucionais não contribuem com a literatura contemporânea do comparecimento eleitoral, mas que seu papel é menor do que os modelos comportamentais. Contudo, ainda que em menor quantidade, as teorias institucionais existem e tem seu impacto na literatura.

O gráfico 6 mostrou que 85,4% das publicações experimentais utilizam explicações comportamentais. Essa relação corrobora a hipótese 2. E dos 11 artigos classificados como contendo outros tipos de desenhos de pesquisa – estudos de caso, modelo de principal agente e contrafactuais – 8 deles eram institucionais. Essa proporção condiz com o esperado pela hipótese 4.

Ao analisar os tipos de desenhos de pesquisas associados aos modelos institucionais e comportamentais. A hipótese 3 foi parcialmente descartada, visto que, de todos os tipos de experimentos, o de laboratório foi o único que não foi citado sequer uma vez pelos modelos institucionais. Contudo a presença dos experimentos naturais é inegável na literatura institucional para explicar o *turnout*. A figura 7 mostra uma nuvem de palavras com os artigos institucionais que utilizaram desenhos experimentais para fazer inferência. E observamos que esses artigos analisam sistemas de votação, mais especificamente, a possibilidade de se votar por e-mail e seu impacto no comparecimento eleitoral, e, em um possível viés partidário do comparecimento gerado por essa instituição.

Por último, a hipótese 4 foi corroborada através da análise da matriz de correlação presente na tabela 6. Nela vimos que as palavras que têm o maior grau de correlação são “sistema” e “instituição” com “mecanismos”. Isso mostra que pensar os mecanismos que possibilitam o efeito das instituições no comportamento é preponderante e isso pode ser acessado através de estudos de caso (que foi outra palavra que mostrou alto nível de correlação tanto com mecanismos quanto com sistema).

A coexistência dos modelos comportamentais e institucionais, bem como, a relação encontrada entre desenhos de pesquisas e esses modelos apresentam um caso típico em que o pluralismo inferencial pode existir. Mais pesquisas podem ser feitas para tentar mensurar o grau de pluralismo que essa literatura possa ter e compará-las com as diversas áreas da Ciência Política. Isso pode ser uma agenda de pesquisa frutífera pois, além de estarem associadas a revisões direcionada para os desenhos de pesquisa de determinada literatura, entender padrões dos grandes modelos explicativos na CP e como eles se distribuem entre suas subáreas tem um impacto significativo para a comunidade científica da Ciência Política.

REFERÊNCIAS

- ALMLUND, P. Non-Voting Young People in Conflict with the Political System. **Journal of Political Power**, v. 11, n. 2, p. 230–251, 4 maio 2018.
- ALMOND, G. A. Political Science: The History of the Discipline. In: **A New Handbook of Political Science**. New York: Robert E. Goodin & Hans-Dieter Klingemann, 1996.
- ANGRIST, J.; PISCHKE, J.-S. **Mostly Harmless Econometrics: An Empiricist's Companion**. [s.l.] Princeton University Press, 2009.
- ARROW, K. **Social Choice and Individual Values**. New Haven: Yale University Press, 1951.
- ARTÉS, J. The Rain in Spain: Turnout and Partisan Voting in Spanish Elections. **European Journal of Political Economy**, v. 34, p. 126–141, jun. 2014.
- BANDA, K. K.; WINDETT, J. H. Negative Advertising and the Dynamics of Candidate Support. **Political Behavior**, v. 38, n. 3, p. 747–766, set. 2016.
- BLAIS, A. WHAT AFFECTS VOTER TURNOUT? **Annual Review of Political Science**, v. 9, n. 1, p. 111–125, jun. 2006.
- BLAIS, A.; DOBRZYNSKA, A. Turnout in electoral democracies. **European Journal of Political Research**, v. 33, p. 239–261, 1998.
- BRADY, H.; COLLIER, D. **Rethinking Social Inquiry: Diverse Tools, Shared Standards**. [s.l.] Rowman & Littlefield Publishers, 2004.
- BÜHLMANN, M.; FREITAG, M. Individual and Contextual Determinants of Electoral Participation. **Swiss Political Science Review**, v. 12, n. 4, p. 13–47, dez. 2006.
- CAMPBELL, A. et al. **The American Voter**. New York: Wiley, 1960.
- CARMINES, E.; HUCKFELDT, R. Political Behavior: An Overview. In: **A New Handbook of Political Science**. New York: Robert E. Goodin & Hans-Dieter Klingemann, 1996.
- CEPALUNI, G.; HIDALGO, F. D. Compulsory Voting Can Increase Political Inequality: Evidence from Brazil. **Political Analysis**, v. 24, n. 02, p. 273–280, 2016.
- CONDON, M. Voice Lessons: Rethinking the Relationship Between Education and Political Participation. **Political Behavior**, v. 37, n. 4, p. 819–843, dez. 2015.
- COOPER, H.; HEDGES, L.; VALENTINE, J. **The Handbook of Research Synthesis and Meta-Analysis**. New York: Russell Sage Foundation, 2009.
- DA CUNHA REZENDE, F. Transformações na cientificidade e o ajuste inferencial na Ciência Política: argumento e evidências na produção de alto fator de impacto. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 63, p. 103–138, set. 2017.
- DAHL, R. **Polyarchy**. New Haven: Yale University Press, 1971.

- DOWNS, A. **An Economic Theory of Democracy**. [s.l.] Harper and Row, 1957.
- DUFFY, J.; TAVITS, M. Beliefs and voting decisions: a test of the pivotal voting model. **American Journal of Political Science**, v. 52, n. 3, 2008.
- ENGELN, B. Why Compulsory Voting Can Enhance Democracy. **Acta Politica**, v. 42, n. 1, p. 23–39, abr. 2007.
- EVANS, P.; RUESCHEMEYER, D.; SKOCPOL, T. **Bringing the State Back In**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- FIELDHOUSE, E.; CUTTS, D. Mobilisation or Marginalisation? Neighbourhood Effects on Muslim Electoral Registration in Britain in 2001. **Political Studies**, v. 56, n. 2, p. 333–354, jun. 2008.
- FIORINA, M. Information and Rationality in Elections. In: **Information and Democratic Processes**. Urbana: University of Illinois Press, 1990.
- FRAGA, L. R. et al. Su Casa Es Nuestra Casa: Latino Politics Research and the Development of American Political Science. **American Political Science Review**, v. 100, n. 4, p. 7, 2006.
- GERBER, A.; GREEN, D.; KAPLAN, K. The illusion of learning from observational research. In: **Problems and Methods in the Study of Politics**. New York: Cambridge University Press, 2004.
- GERRING, J. **Case Study Research: Principles and Practices**. New York: Cambridge University Press, 2012.
- GOERTZ, G.; MAHONEY, J. **A Tale of Two Cultures: Qualitative and Quantitative Research in the Social Sciences**. [s.l.] Princeton University Press, 2012.
- GOSNELL, H. **Getting Out the Vote**. Chicago: University of Chicago Press, 1927.
- GREEN, D.; GERBER, A. **Get Out the Vote: How to Increase Voter Turnout**. Washington: Brookings Institution Press, 2004.
- GREEN, D.; SHAPIRO, I. **Pathologies of Rational Choice Theory: A Critique of Applications in Political Science**. New Haven: Yale University Press, 1996.
- GRIFFIN, J. D.; KEANE, M. Descriptive Representation and the Composition of African American Turnout. **American Journal of Political Science**, v. 50, n. 4, p. 998–1012, out. 2006.
- HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. Political Science and the Three New Institutionalisms. **Political Studies**, v. 44, n. 5, p. 936–957, dez. 1996.
- HUNTINGTON, S. **The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century**. [s.l.] University of Oklahoma Press, 1991.
- JACKMAN, R. W. Political institutions and voter turnout in the industrial democracies. **American Political Science Review**, v. 81, n. 02, p. 405–423, 1987.

- KING, G.; KEOHANE, R.; VERBA, S. **Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research**. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- KNACK, S. Does Rain Help the Republicans? Theory and Evidence on Turnout and the Vote. **Public Choice**, v. 79, n. 1/2, p. 187–209, 1994.
- KOUSSER, T.; MULLIN, M. Does Voting by Mail Increase Participation? Using Matching to Analyze a Natural Experiment. **Political Analysis**, v. 15, n. 04, p. 428–445, 2007.
- LASSWELL, H. **Psychopathology and Politics**. Chicago: University of Chicago Press, 1930.
- LASSWELL, H. **World Politics and Personal Insecurity**. New York: McGraw-Hill, 1935.
- LASSWELL, H. **Who gets What, When and How**. New York: McGraw-Hill, 1936.
- LAU, R. R.; ROVNER, I. B. Negative Campaigning. **Annual Review of Political Science**, v. 12, n. 1, p. 285–306, jun. 2009.
- LAZARSFIED, P.; BERSELSON, B.; GAUDET, H. **The People's Choice**. New York: Columbia University Press, 1944.
- LEVINE, D.; PALFREY, T. R. The paradox of voter participation: a laboratory study. **American Political Science Review**, v. 101, p. 143–58, 2007.
- LIJPHART, A. Unequal Participation: Democracy's Unresolved Dilemma Presidential Address, American Political Science Association, 1996. **American Political Science Review**, v. 91, n. 01, p. 1–14, mar. 1997.
- MACHIN, D. Compulsory *Turnout* : A Compelling (and Contingent) Case. **Politics**, v. 31, n. 2, p. 100–106, jun. 2011.
- MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. The New Institutionalism: Organizational Factors in Political Life. **American Political Science Review**, v. 78, n. 03, p. 734–749, dez. 1983.
- MAYHEW, D. **Congress: The Electoral Connection**. New Haven: Yale University Press, 1974.
- MERRIAM, C. E. The Present State of the Study of Politics. **American Political Science Review**, v. 15, n. 02, p. 173–185, maio 1921.
- PALFREY, T. R. Laboratory Experiments in Political Economy. **Annual Review of Political Science**, v. 12, n. 1, p. 379–388, jun. 2009.
- PALFREY, T.; ROSENTHAL, H. A strategic calculus of voting. **Public Choice**, v. 41, 1983.
- POWELL, G. B. **Contemporary democracies: participation, stability, and violence**. 5. print ed. Cambridge: Harvard Univ. Press, 1982.
- POWELL, G. B. American Voter Turnout in Comparative Perspective. **American Political Science Review**, 1986.
- PRZEWORSKI, A. Institutions Matter? **Government and Opposition**, 2004.
- PRZEWORSKI, A. Is the Science of Comparative Politics Possible? In: **Oxford Handbook of Comparative Politics**. [s.l.: s.n.]

PUTNAM, R. **Making Democracy Work**. New Jersey: Princeton University Press, 1993.

REZENDE, F. **Modelos de Causação e o Pluralismo Inferencial na Ciência Política**. 2015a.

REZENDE, F. Transformações Metodológicas na Ciência Política Contemporânea. **Revista Política Hoje-ISSN: 0104-7094**, v. 24, n. 2, p. 13–46, 2015b.

ROTHSTEIN, B. Political Institutions: An Overview. In: **A New Handbook of Political Science**. [s.l.] Robert E. Goodin & Hans-Dieter Klingemann, 1996.

RUBIM, D. For objective causal inference. Design trumps analysis. **Annals of Applied Statistics**, 3. v. 2, p. 808–840, 2008.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SMITH, M. Introduction: The Domain of Political Science. **Political Science Quarterly**, v. 1, n. 1, p. 1, mar. 1886.

SÖDERLUND, P.; WASS, H.; BLAIS, A. The Impact of Motivational and Contextual Factors on Turnout in First- and Second-Order Elections. **Electoral Studies**, v. 30, n. 4, p. 689–699, dez. 2011.

STEINMO, S.; THELEN, K. Historical Institutionalism in Comparative Politics. In: **Structuring Politics: Historical Institutionalism in Comparative Analysis**. [s.l.] Steinmo, Thelen & Longstreth, 1992.

TEORELL, J. Political participation and three theories of democracy: A research inventory and agenda. **European Journal of Political Research**, v. 45, n. 5, p. 787–810, 2006.

VERBA, S.; NIE, N. **Participation in America: Political Democracy and Social Equality**. New York: Harper & Row, 1972.

VERBA, S.; NIE, N.; KIM, J. **Participation and Political Equality: A Seven-Nation Comparison**. New York: Cambridge University Press, 1978.

WANG, C.-H. A Deeper Look at the Relationship between Political Knowledge and Political Participation: Evidence from Presidential and Legislative Elections in Taiwan. **Asian Journal of Political Science**, v. 23, n. 3, p. 397–419, 2 set. 2015.

YOO, S. Two Types of Neutrality: Ambivalence versus Indifference and Political Participation. **The Journal of Politics**, v. 72, n. 1, p. 163–177, jan. 2010.